

CULTURA DE PAZ E JUSTIÇA RESTAURATIVA

**NAS ESCOLAS MUNICIPAIS
DE PORTO ALEGRE**

Cláudia Machado (Org.)

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Secretaria Municipal de Educação
2008

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Secretaria Municipal de Educação

Rua dos Andradas, 680
Centro – Porto Alegre/RS
CEP 90020-004
Fone: (51) 3289-1963
<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smed/>

Prefeito

José Alberto Fogaça

Secretária Municipal de Educação

Marilú Fontoura de Medeiros

Secretária Adjunta

Doris Helena de Souza

Agenciamentos Pedagógicos

Coletivos

Doris Helena de Souza
Betina Schuler

Setor de Eventos e Publicações

Maria Teresinha Xavier dos Santos

Equipe de Publicações

Neiva Alves de Siqueira
Carlos Eduardo Schleder Sauer

Revisão

Nedli Magalhães Valmorbida

Capa

Rochelle Taborda
EMEF Neusa Goulart Brizola

Editoração

Carlos Eduardo Schleder Sauer

Impressão

Gráfica DMAE

CIP - DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO - BRASIL

P853 Porto Alegre. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação.
Cultura de paz e justiça restaurativa nas escolas municipais de Porto Alegre. /
Cláudia Machado (Org.). - Porto Alegre : Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de
Educação, 2008.
150 p.

ISBN 978-85-88573-28-4

1. Justiça restaurativa. 2. Cultura de paz. 3. Projeto Abrindo Espaços na
Cidade que Aprende. 4. Projeto Cidade Escola. 5. Projeto Escola Aberta.
6. Projeto Plantar para Colher. 7. Projeto Parceria Solidária. 8. Educação para
a paz. 9. Escolas Municipais - Porto Alegre. 10. Machado, Claudia. I. Título.

CDU 343.244

Sumário

Apresentação	5
--------------------	---

Capítulo I

JUSTIÇA RESTAURATIVA	9
-----------------------------------	----------

Educação e Justiça Restaurativa como esperança de uma radical novidade	11
--	----

Repensando as relações pessoais na EMEF Nossa Senhora de Fátima	29
---	----

A Justiça Restaurativa e a Cultura de Paz	33
---	----

Reflexões de um Guarda Municipal sobre a paz	50
--	----

A Orientação Educacional e a Justiça Restaurativa: aproximações e possibilidades	52
--	----

Justiça Restaurativa e Educação em Porto Alegre: uma parceria possível	62
--	----

Justiça Restaurativa - dialogando com a escola	69
--	----

Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça da Infância e da Juventude	81
---	----

Capítulo II

PROJETO ABRINDO ESPAÇOS NA CIDADE QUE APRENDE	85
--	-----------

Projeto Abrindo Espaços na Cidade que Aprende	87
---	----

Momentos de fazeres solidários do projeto Abrindo Espaços	97
---	----

Projeto Plantar para Colher – A vida em sociedade assemelha-se a um cultivo	103
---	-----

Projeto Parceria Solidária	105
----------------------------------	-----

Projeto Abrindo Espaços na EMEF Migrantes na prevenção da violência	108
---	-----

A Escola Aberta e a Busca da Paz	111
--	-----

Capítulo III

PROJETO CIDADE ESCOLA	115
Projeto Cidade Escola – reinventando os tempos e os espaços em educação	117
Projetando imagens, construindo sonhos	124
Depoimentos dos alunos da EMEF Neusa Goulart Brizola, sobre o projeto Cidade Escola	130

Capítulo IV

MAIS TRAJETÓRIAS	133
O educador para a paz - a resolução e prevenção de conflitos por meio da auto-expressão	135
Despertando a esperança, discutindo valores entre a ficção e a realidade	145

Apresentação

É com imensa satisfação e desmedido carinho que oferecemos esta publicação, tornando públicas as ações desenvolvidas na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, para promoção da Cultura de Paz e Justiça Restaurativa. A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida associados à cultura de paz na Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, divulgada em 13 de setembro de 1999. Diversas instituições em todo o mundo aderiram a esta declaração e se empenham na concretização destes ideais.

Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência, por meio da educação, do diálogo e da cooperação; no pleno respeito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e de não ingerência nos assuntos que são, essencialmente, de jurisdição interna dos Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional; no pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; no compromisso com a solução pacífica dos conflitos; nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras; no respeito e promoção do direito

ao desenvolvimento; no respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens; no respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação; na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz. (Fonte: ONU, 2004).

Esta publicação surgiu do desejo de compartilhar práticas educativas que promovam os valores da Cultura de Paz e da Justiça Restaurativa na Rede Municipal de Ensino. A exposição que se segue está estruturada em uma apresentação e quatro partes.

Na apresentação, descrevemos, brevemente, os valores da Cultura de Paz, e contextualizamos esta publicação. Na primeira parte, apresentamos as produções referentes a *Justiça Restaurativa*, inicialmente com o título *Educação e Justiça Restaurativa* como possibilidade de uma radical novidade, e há um relato da parceira institucional com o projeto *Justiça para o Século 21 – Instituído Práticas Restaurativas*, dando destaque a produção de singularidades ao propor outro olhar sobre a questão da resolução de conflitos; em “Repensando as relações pessoais na EMEF Nossa Senhora de Fátima”, a Coordenadora do projeto na escola Fabíola Albuquerque, narra a realização de Círculos Restaurativos neste ambiente; em *A Justiça Restaurativa e a Cultura de Paz*, a professora Ana Paula Araújo Gomes refere a adoção de práticas de prevenção

da violência, na EMEF Migrantes, reflexões de seus alunos e da professora Elenir Tassi Cordeiro; em *Reflexões sobre a paz de um Guarda Municipal na Escola*, o guarda municipal Rosalvo da Cunha Bastos, conta sobre facilidades e dificuldades de conviver em comunidade; em *A Orientação Educacional e a Justiça Restaurativa: aproximações e possibilidades*, a professora Angélica Silva Sonntag, delinea suas questões sobre as possibilidades da utilização da *Comunicação não-violenta e dos valores da Justiça Restaurativa no Serviço de Orientação Educacional*.

Destacamos aqui a contribuição preciosa dos parceiros do projeto *Justiça para o Século 21 – Instituído Práticas Restaurativas*, em *Justiça Restaurativa e Educação em Porto Alegre: uma parceria possível*, com o Juiz de Direito Leoberto Brancher, escrito a duas mãos: com a discussão da Justiça como prática social e suas articulações com a Educação em *Justiça Restaurativa - Dialogando com a Escola*. A gerente do Projeto, Shirlei de Hann Curtinaz, aponta as novas perspectivas trazidas pela Justiça Restaurativa: *Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça da infância e da Juventude*, e a assessora técnica, Fabiana Nascimento de Oliveira, explicita a tensão entre as práticas de Justiça Convencional e as de Justiça Restaurativa.

Na segunda parte, apresentamos o projeto *Abrindo Espaços na Cidade que Aprende e Transitando pela Vida*, no qual, a coordenadora Maria do Carmo de Souza revela a efetivação do Projeto na Rede Municipal e momentos de fazeres solidários com o projeto *Plantar para Colher – A vida em*

sociedade assemelha-se a um cultivo, o projeto Parceria Solidária, o projeto Abrindo Espaços na EMEF Migrantes na prevenção da violência e A Escola Aberta e a Busca da Paz.

A terceira parte se refere ao projeto *Cidade Escola – reinventando os tempos e os espaços em educação*, nas palavras de suas coordenadoras Luci Maciel Comissoli e de Valeska da Silva Brum; em *Projetando imagens construindo sonhos*, a professora do Núcleo de Artes, Andréa Bongiorno descreve experiências de conhecimento com os jovens de sua escola.

Na quarta parte, mais trajetórias, em: *O educador para a paz - a resolução e prevenção de conflitos por meio da auto-expressão*, a professora Sandra Elisabete Porto da Silva propõe a utilização da auto-expressão como meio de autoconhecimento através das diversas manifestações artísticas, experiência realizada no ano de 2006 com seus resultados percebidos até hoje. Em *Despertando a esperança, discutindo valores entre a ficção e a realidade*, a professora Daniela Araújo, investiga os discursos de alunos do Ensino Fundamental, do III Ciclo, sobre um filme brasileiro e discutem valores como honestidade, ética, respeito e responsabilidade.

A leitura desta publicação visa ser o acender amoroso de uma chama de esperança, não somente para professores, mas para todos nós que, de alguma forma, somos educadores de crianças, de jovens e de nós mesmos. Aponta para a provocação de construirmos um mundo de paz.

Cláudia Machado

Capítulo I

JUSTIÇA RESTAURATIVA

Educação e Justiça Restaurativa como esperança de uma radical novidade

*Cláudia Machado*¹

Ao iniciar esta escrita, recordei das palavras de Larossa (2001), que de forma semelhante, a quem remete um presente ou uma carta, nós professores, como aquele que dá o texto a ler, sempre nos inquietamos para saber se nosso presente será aceito, se será bem recebido e se obteremos resposta. Para o autor “só se presenteia o que se ama” e gostaríamos que nosso amor fosse também amado pelos outros. Tenho me dedicado aos fazeres da Justiça Restaurativa e busco sugerir neste texto um encontro sobre o que tenho pensado e vivido, pois eu escrevi e talvez alguém venha a ler, então, não será nem o que eu escrevi e nem o que alguém leu, mas talvez outro acontecimento. Nesta ação, aproximei-me de outros autores que se aventuram a pensar sobre o educar e já não me senti tão sozinha e espero, então, que meu convite seja aceito.

De acordo com Charlot (2000), nascer é “penetrar” na condição humana, entrar em uma história, a história singular de um sujeito, pertencente à história maior da humanidade. Nascer, significa ter de aprender, num triplo processo de “hominização” (tornar-se homem), de singularização (tornar-se um exemplar único de homem), de socialização (tornar-se

¹ Referência do Projeto Justiça para o Século 21 na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Mestre em Educação (PUCRS), Especialista em Direito – Ênfase: Criança e Adolescente (FMP/RS).

membro de uma comunidade), partilhando seus valores, gostos e hábitos. Quando a criança nasce, entra em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema, no qual se diz quem ela é, como é o mundo, e quem são os outros. Estar no mundo significa que a criança se constrói e é construída pelos outros, nunca de forma acabada. A criança se estrutura como ser humano em interação social, apropriando-se de uma humanidade que lhe é exterior através da mediação do outro.

Para se avançar nesta compreensão, Hannah Arendt (2003, p. 223) explica que “a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres nascem para o mundo”, pois nascer é estar em processo de chegar a ser, em processo de devir, em que o nascido articula sua identidade, do nascimento até a morte, em uma cadeia de inícios, de ações e novidades, é capaz de ação. A educação é, essencialmente, ação e criação de uma radical novidade.

A autora desenvolve suas idéias sobre a natureza da condição humana e estabelece uma distinção entre labor, trabalho e ação. O labor é uma atividade que corresponde aos processos biológicos do corpo, e por meio dele os seres humanos produzem tudo de que necessitam para alimentar seu organismo vivo, seu corpo; abarcando toda a existência humana. O trabalho trata da fabricação de um, ou de vários objetos, quando o objeto está terminado, ele chega ao seu término. O fim do labor é a morte do organismo. O trabalho, ao contrário, nada tem a ver com o fim da existência humana. A diferença mais significativa é que o labor produz bens de

consumo e o trabalho cria objetos de uso e sua utilização não causa seu desaparecimento.

A ação é a atividade, através da qual revelamos nossa única e singular identidade, por meio do discurso e da palavra, ante os demais na esfera pública, assentada na pluralidade. Pela ação, mostramos quem somos. A ação, pois, em estreita relação com o discurso, com o poder da palavra, da linguagem, é a forma como nos inserimos no mundo. É como um segundo nascimento, a capacidade de começar, de iniciar, de colocar algo em movimento. Para privar o homem da ação, basta deixá-lo sozinho, privá-lo de sua distinção frente aos outros homens, privá-lo de sua liberdade, impedindo-os que tenham tanto vida pública como privada, negando-lhes sua capacidade de ação, conforme Arendt, (2001).

O processo educativo tem sido entendido como um processo de fabricação, ou seja, como trabalho em lugar de ação. A educação como fabricação, segundo Fernando Bárcena e Joan-Carlos Mèlich (2000), apoiados nas idéias de Arendt, caracteriza-se por cinco aspectos fundamentais: a educação é uma ação violenta, a educação é uma relação de meios/fins, a educação é um processo que se acaba no tempo, a educação tem um começo e um fim determinado desde o princípio, e a educação é um processo reversível.

A educação é uma ação violenta, desde o momento em que o homem fabrica, aparece um elemento de violência, de violação do mundo, uma manipulação da natureza pois o objeto produzido é um produto que o ser humano tirou do

seu lugar natural. A educação é uma relação de meios/fins, a fabricação funciona segundo a lógica da racionalidade instrumental, isto é, a coisa fabricada é um produto final e, em duplo sentido, de que o processo de produção termina algo e só é meio para produzir este fim. A educação é um processo que se acaba no tempo. Se entendermos educação como fabricação, entendemos que não acompanhará toda a vida do ser humano. A educação tem um começo e um fim determinados desde o princípio. A partir de um modelo de ser humano inicia-se um processo de manipulação ou de repressão para conseguir um novo ser humano. A educação, do ponto de vista da fabricação, é um processo reversível. Pode-se voltar atrás, é possível refazer o que já se tinha feito, o objeto fabricado pode ser substituído por outro objeto fabricado, uma vez que são idênticos.

Não há vida humana sem ação e sem discurso. Com a palavra e com a ação nos incluímos na existência humana. Este é como um segundo nascimento. Atuar significa tomar a iniciativa, começar. Desde o momento do nascer, o ser humano se presta à ação, porém, o verdadeiro nascimento, significa a novidade, a imprevisibilidade e a irreversibilidade. Das três atividades humanas a que possui maior relação com a natividade é a ação, pois segundo Arendt, (2001, p.17), “o novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir”.

O controle e a evolução final do processo são fundamentais em toda ação pedagógica porém entender

assim a educação significa compreendê-la como trabalho e não como ação. A educação é ação, quando se rompe com o previsto, quando se é surpreendido. A figura que melhor expressa a ação é a natalidade ou o nascimento. Precisamente, por esta capacidade radical de surpresa e inovação, o ser humano é insubstituível, único e não se repete.

Por exemplo, o funcionário não é nada mais que uma peça da trama social. O funcionário é o sujeito do processo de fabricação. Ao mesmo tempo, o objeto deste processo é a criação de novos e devotos funcionários que se integram no tecido social. Este parece ser o grande objetivo da educação-fabricação. A ação não é um meio para alcançar um fim. Não há uma utilidade teológica, intencional na ação. É o que faz diferente a ação educativa da fabricação de um objeto. Característica comum à ação e ao discurso é a presença do outro. A necessária relação com os outros provoca que o ator social nunca possa ser, meramente, um agente, alguém ativo que realiza a ação, senão, ao mesmo tempo, um paciente, o que recebe a ação.

Como já foi apontada, a essência da educação é a natalidade, o acontecimento que se expressa no nascimento. Tal acontecimento constitui-se em uma experiência que obriga a pensar, que dá o que pensar e exige capacidade de compreensão. Arendt afirma que toda crise questiona, precisamente a crença, o acúmulo de convicções e de respostas mais consolidadas. A atitude conservadora, no sentido de Arendt, indica responsabilidade na preservação do elemento da novidade, que existe em todo recém-chegado.

Nossa esperança, segundo a autora, sempre está no novo que cada geração traz consigo. É porque só podemos efetivar nossa esperança nesta novidade, corremos o risco permanente de destruí-lo se tratamos de controlá-lo, dizendo como os recém chegados devem ser. O filho não é uma propriedade dos pais, uma coisa com a qual os seus progenitores podem fazer o que quiserem. Ao contrário, entre pai/mãe e filho/filha existe uma relação de transcendência. Existe, portanto, exterioridade de um diante do outro e também pluralidade. Assim, a pluralidade é a lei que rege a Terra, nosso mundo e nosso mundo educacional, segundo Arendt, (2001).

Inspirada nessas idéias de Arendt compreende-se a educação como possibilidade sempre intacta de um novo começo, que se constitui em uma ação ética. Uma ética que não se reduz ao comportamento, ao gesto repetido, e sim um gesto que tem a força da inovação, a liberdade que evoca a criação de um mundo novo de possibilidades, de um novo começo, da natividade. Nesse sentido, foi especialmente importante, conhecer o projeto *Justiça para o Século 21 – Instituinto Práticas Restaurativas*.

Desde 2005, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) é parceira institucional do projeto *Justiça para o Século 21 – Instituinto Práticas Restaurativas*. Nosso território abrange 92 escolas, aproximadamente 69.157 alunos e 3.923 professores, compondo o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos, a Especial e a Infantil. A proposta inclui o desafio de discutir sobre as práticas restaurativas na resolução de conflitos nas escolas municipais,

tendo como disparadores os seguintes balizadores: desconstrução do racismo de Estado; desnaturalização de padrões; exercício da diferença e produção de singularidades. Esses conceitos devem servir de referências para nossas práticas na busca da Cidade que Aprende.

Damos destaque à questão da produção de singularidades, para pensarmos em que medida as práticas e discursos existentes na escola produzem o modo de ser dos sujeitos, e como os modos de busca da solução de conflito, nas escolas, evidenciam, ou não, uma forma, previamente, determinada. Nesse ponto, seguindo a inspiração de Deleuze e Guattari (1997, p.80), propomos um “aprender a desfazer, e a desfazer-se”, que, segundo eles, é próprio da máquina de guerra, o não fazer do guerreiro, desfazer o sujeito. Nas palavras de Gallo (2007, p. 298), “o espaço estriado do Estado é o da repetição, do eterno retorno ao mesmo, através dos jogos de poder instituídos. O espaço liso fora do Estado é o da produção da diferença”. O autor aponta que é possível uma resistência produzir linhas de fuga, novos devires. Não tenho pretensão de aprofundar essas idéias, mas quem sabe, a Justiça Restaurativa possa propor outro olhar sobre a questão da resolução de conflitos.

Segundo Chris Marshall e Helen Bowen (2005) a Justiça Restaurativa é uma abordagem baseada em valores:

Participação: no processo, os afetados pelo conflito, devem ser os principais tomadores de decisão. Todos os presentes nas reuniões de Justiça Restaurativa têm algo valioso para contribuir com as metas da reunião.

Respeito: todos os seres humanos têm valor igual e inerente, independente de suas ações, boas ou más, ou de sua raça, cultura, gênero, orientação sexual, idade, credo, ou status social. Todos são dignos de respeito nos ambientes da Justiça Restaurativa. O respeito mútuo gera confiança e boa fé entre os participantes.

Honestidade: a fala honesta é essencial para se fazer justiça. Na Justiça Restaurativa, a verdade produz mais que a elucidação dos fatos e o estabelecimento da culpa dentro dos parâmetros legais; ela requer que as pessoas falem aberta e honestamente sobre sua experiência relativa à transgressão, seus sentimentos e responsabilidades morais.

Humildade: a Justiça Restaurativa aceita as falhas e a vulnerabilidade comuns a todos os seres humanos. A humildade para reconhecer esta condição humana universal capacita o autor e o receptor a descobrir em que eles têm mais em comum como seres humanos frágeis e defeituosos do que o que os divide em vítima e ofensor. A humildade também capacita àqueles que recomendam os processos de Justiça Restaurativa a permitir a possibilidade de que, conseqüências sem intenções, possam vir de suas intervenções. A empatia e os cuidados mútuos são manifestações de humildade.

Interconexão: enquanto enfatiza a liberdade individual e a responsabilidade, a Justiça Restaurativa reconhece os laços comuns que unem o autor e o receptor. Ambos são membros valorosos da sociedade, uma sociedade na qual todas as pessoas estão interligadas por uma rede de relacionamentos.

O autor e o receptor são unidos por sua participação compartilhada no conflito e, sob certos aspectos, eles detêm a chave para a recuperação mútua traçar um caminho restaurativo pela frente.

Responsabilidade: quando uma pessoa causa deliberadamente, um dano à outra, o autor tem obrigação moral de aceitar a responsabilidade pelo ato e por atenuar as conseqüências. Os autores demonstram aceitação desta obrigação expressando remorso por suas ações, através da reparação dos prejuízos e, talvez, até buscando o perdão daqueles a quem eles trataram com desrespeito. Esta resposta do autor pode preparar o caminho para que ocorra a reconciliação.

Empoderamento: todo ser humano requer um grau de autodeterminação e autonomia em sua vida. A Justiça Restaurativa devolve os poderes ao receptor, dando-lhes um papel ativo para determinar quais são as suas necessidades e como estas devem ser satisfeitas. Isto também dá poder aos ofensores de responsabilizarem-se por suas ofensas, fazerem o possível para remediarem o dano que causaram e iniciarem um processo de reabilitação e reintegração.

Esperança: não importa quão intenso tenha sido o delito, é sempre possível, para a comunidade, responder de maneira a emprestar forças a quem está sofrendo, e isso poderá promover a cura e a mudança. Não procura, simplesmente, penalizar as ações passadas, mas abordar as necessidades presentes e equipar para a vida futura; a Justiça Restaurativa alimenta esperanças – a esperança de cura para

os receptores, a esperança de mudança para os ofensores e a esperança de maior civilidade para a sociedade.

Os valores fundamentais traduzem-se na prática do *Círculo Restaurativo*, como o próprio nome aponta: um encontro para restaurar. Para qualquer encontro em nossas vidas, é preciso o desejo e a coragem para efetivá-lo, nesse caso, em específico, as demandas não são suaves, pois temos de aceitar as responsabilidades por nossas ações. Temos de experimentar a dor, o prejuízo, a raiva de quem se sente prejudicado e temos de ser questionados sobre o que fizemos e por que o fizemos. Este espaço não se destina a apontar culpados ou vítimas, nem a buscar perdão e reconciliação, mas sim a buscar a percepção de que nossas ações nos afetam e afetam aos outros, e que somos responsáveis por seus efeitos.

Procuramos voluntários que desejam aprender a resolver conflitos de forma pacífica, e esta ação se materializa no *Círculo Restaurativo*, que é um modo de resolver conflitos por meio do diálogo, em que as pessoas envolvidas chegam a acordos definidos, em conjunto, com apoio de um coordenador. Todos, com disponibilidade para trabalhar voluntariamente, crianças, adolescentes e adultos podem aprender a coordená-los. Para ser um coordenador de *Círculo Restaurativo* é preciso desejar escutar o outro, ter interesse verdadeiro pelo outro, fazer perguntas para conhecê-lo melhor, gostar mais de observar as pessoas do que fazer julgamentos e críticas, ter facilidade em se expressar, ter

facilidade em se expor, e ficar animado com novos desafios e aprendizados.

Buscando coerência e fidelidade aos princípios da Justiça Restaurativa e respeito aos momentos do Círculo Restaurativo, redimensionamos nossas ações em parceria com o projeto *Justiça para o Século 21*. Aproximamo-nos das escolas, não com o objetivo de determinar o que deve ou não ser realizado, que atitudes ou regras devem ser seguidas e, sim, permitindo que cada uma possa descobrir que caminho deseja seguir, com a aplicação, ou não, das práticas restaurativas, em seu contexto escolar.

O Círculo não tem como objetivo descobrir culpados ou investigar como ocorreram os fatos, muito menos nós estávamos interessados em descobrir as causas ou consequências da chamada violência nas escolas. e sim como restaurar as relações rompidas. O importante no encontro e, em nosso trabalho, é determinar o fato, sem críticas e sem julgamentos. A atitude do coordenador de Círculo Restaurativo é de um facilitador, que busca com que cada pessoa possa falar e ser ouvida com respeito, esclarecendo suas dúvidas e anseios sobre o projeto e das possibilidades de desenvolvê-lo em sua escola.

Adotamos, nos encontros com os professores, que na Rede Municipal chamamos de formação, a dinâmica do Círculo Restaurativo. Nesse sentido, sentando de forma circular, iniciamos com um acolhimento e apresentação de todos, falamos da alegria de estarmos juntos, agradecendo a presença de todos, explicando os passos da dinâmica do

Círculo Restaurativo. Propomos esta forma de organização como um exercício de nossas atitudes com os princípios da *Justiça Restaurativa*, esforçando-nos para que nossos encontros fossem inclusivos e colaborativos, com participação voluntária, fomentando um ambiente de confidencialidade, enfocando as necessidades de cada um, demonstrando respeito autêntico por todas as partes, validando as experiências, visando resultados transformativos e, principalmente, reconhecendo nossas limitações.

Definindo o fato a ser esclarecido: “Há conflitos e violência em nossas escolas”, como no primeiro momento do Círculo Restaurativo, nos voltávamos para as necessidades atuais em relação ao fato ocorrido. Este momento é chamado Compreensão Mútua e visa explicitar, entre os participantes, suas necessidades. O diálogo irá ocorrer na medida em que todos os presentes tiverem a oportunidade de se expressar e de se sentirem satisfeitos por terem sido, verdadeiramente, escutados e compreendidos sobre suas necessidades atuais em relação ao fato ocorrido e suas conseqüências. Respondem a seguinte questão: “Como vocês estão, neste momento, em relação ao fato e suas conseqüências?”. Esta é a oportunidade dos professores expressarem como são afetados, ou não, pelos conflitos em seu contexto escolar, quais seus sentimentos e necessidades. Podemos reconhecer que possuímos necessidade de segurança, proteção, ordem, entre outras.

Adaptando o segundo momento do Círculo Restaurativo, voltamo-nos para as necessidades dos participantes ao tempo do fato, orientado para a auto-responsabilização

dos presentes, com a seguinte questão: “O que você gostaria que a Cláudia soubesse sobre o que vocês pro-curavam no momento do ato?”. As respostas podem ser diversas, como: prevenir as situações de conflito, tentar compreender porque agimos assim, mobilizar as pessoas para atitudes mais tranqüilas ou harmônicas.

O terceiro momento do Círculo está voltado para as necessidades dos participantes a serem atendidas e está orientada para o Acordo. Todos são convidados a solicitar e a oferecer alternativas sobre o que deve ser feito para se sentirem acolhidos em suas necessidades. Este momento permite aos presentes definir e propor ações concretas para a resolução do conflito, firmando um compromisso com prazos claros e exeqüíveis para a realização destas ações. Como educadores este é o momento de criação, no qual vamos investigar as possibilidades de práticas restaurativas. Por exemplo, como referência do projeto na SMED, eu tenho a oferecer: meu compromisso pessoal, a promoção da cultura de paz na Rede Municipal, sensibilizações com os professores, oficinas sobre práticas restaurativas nas formações, organização da publicação sobre *Cultura de Paz e Justiça Restaurativa*, o planejamento e execução do Curso Básico de Práticas Restaurativas, acompanhamento das articulações com relação ao projeto. No Círculo, as minhas ações são realizáveis, concretas e sujeitas à avaliação por todos que delas participarem.

Assim, no Círculo, se nossas ações tiverem êxito em atender as necessidades dos envolvidos, celebraremos.

Quando as ações não tiverem êxito em atender as necessidades de cada um, poderemos reafirmar às suas necessidades, re-significar as ações tomadas, adaptá-las às novas situações, ou elaborar novas ações.

Em 2007, como ações empreendidas em nossa parceria, realizamos a discussão, com as escolas, a respeito dos princípios da *Justiça Restaurativa* e suas práticas, no encontro entre o juiz de direito Leoberto Brancher e as escolas municipais da região leste sobre a temática da *Justiça Restaurativa*, com a participação de 205 educadores, realizada em agosto. O encontro teve como objetivo promover, através da *Justiça Restaurativa*, uma nova abordagem no contexto escolar, possibilitando um referencial paradigmático na humanização e pacificação das relações sociais envolvidas em um conflito. Destaco que, nesse encontro, o Dr. Leoberto utilizou a dinâmica do Círculo Restaurativo.

No decorrer do ano passado, capacitaram-se vinte oito educadores municipais nos Workshops de Práticas Restaurativas, que visavam formar coordenadores em círculos restaurativos, e no *Curso de Iniciação em Justiça Restaurativa*. Também há as presenças nos encontros da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente nas reuniões de Sensibilização sobre Justiça Restaurativa, de 13 escolas municipais, e nas reuniões de Alinhamento Conceitual (aprofundamento dos conceitos de Justiça Restaurativa), de 16 escolas municipais. Contamos com a participação da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima no projeto-piloto, o que possibilitou a aplicação prática, na escola, de círculos restaurativos em situações de conflito emergentes, de acordo

com os procedimentos recomendados pelo projeto.

No mês de setembro, a EMEF Migrantes enriqueceu o *Seminário Temático Diálogos sobre Educação, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa*, promovido pelo projeto *Justiça para o Século 21*, no auditório do Ministério Público, com o relato de experiência no painel a Construção da Cultura de Paz e das Práticas Restaurativas. Nos demais *Seminários Temáticos Diálogos sobre Psicanálise, Filosofia e Justiça Juvenil*, realizados nos meses de agosto a novembro, contamos com a presença de representantes de 15 escolas municipais.

Para 2008, temos a criação de uma central de práticas restaurativas na Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, no Bairro Bom Jesus, para aplicação prática nas escolas municipais de círculos restaurativos, no sentido de tentarmos outro olhar da comunidade escolar sobre a possibilidade de encontrar ações não-violentas para solucionar nossas divergências. A promoção do Curso Básico de Práticas Restaurativas tem como objetivo, capacitar os educadores de forma a desenvolver maior compreensão conceitual e prática sobre *Justiça Restaurativa*, com intuito de aprofundamento e qualificação, visando a implementação de práticas restaurativas em ambiente escolar de acordo com os procedimentos recomendados pelo projeto *Justiça para o Século 21*.

Como podemos observar, a temática de Justiça Restaurativa e seus desdobramentos com a Rede Municipal de Ensino estão em constante movimento. Através de nossas ações nas escolas e na sociedade, deparamo-nos com

realidades que necessitam de novos olhares para sua efetivação. Cada ser humano é único e precisa ser acolhido e valorizado como tal, através do diálogo, do bom senso e da esperança.

Para não concluir, nossa parceria com o projeto *Justiça para o Século 21* está em ação e pode revelar uma ou muitas formas singulares de restaurarmos nossas relações nas escolas. Múltiplas são as opções para superarmos quem somos através do que podemos fazer. Como um segundo nascimento, a capacidade de começar, de iniciar, de colocar algo em movimento, a partir do que nos causa medo, dor, raiva, insegurança, para algo que possa gerar compaixão, solidariedade, respeito e colaboração. Na música *Pólo*, a Fresno, uma banda de Porto Alegre, que surgiu em 1999, conseguiu traduzir em versos, na composição de Lucas Silveira, o sentimento que tenho com relação à interação entre Educação e Justiça Restaurativa:

Se eu te disser que foi difícil te esquecer
Seria o mesmo que dizer: não sou capaz
de me curar das surras que o mundo me dá,
de prosseguir e deixar o que passou para trás

Eu devo desistir para um dia ser feliz?
Ou devo resistir? Eu devo insistir?

Cantando e mais do que isso gritando
E às vezes até confessando que eu não sei amar

Pois sabendo, eu não estaria sofrendo
E ainda por cima escrevendo, ao invés de falar

Será que alguém já te fez chorar
Mesmo sem ter proferido uma palavra?
E o que você fez? Tentou lutar?
Ou compôs uma canção indo pra casa

Não, não eu não vou desistir assim.

Referências

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

_____, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

AJURIS. **Iniciação em Justiça Restaurativa – Subsídios de Práticas Restaurativas para Transformação de Conflitos** – Núcleo de Estudos em Justiça Restaurativa – Projeto Justiça para o Século 21 – Instituinto Práticas Restaurativas – Porto Alegre/Rio Grande do Sul - 2006.

BÁRCENA, Fernando; MÈLICH, Joan-Carlos. **La educación como acontecimiento ético – natalidad, narración y hospitalidad**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Porto Alegre: ARTMED, 2000. Ed. 34, 1997.

GALLO, Silvio. **Em torno de uma educação voltada à singularidade: entre Nietzsche e Deleuze**. In: LINS, Daniel (Org.).

Nietzsche/Deleuze: imagem, literatura e educação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GILLES, Deleuze; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V.5. São Paulo: ano

LAROSSA, Jorge. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. 4 ed. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MARSHALL, Chris; BOWEN, Helen. **Como a justiça restaurativa assegura a boa prática: uma abordagem baseada em valores**. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R. Gomes (Org).Justiça Restaurativa. Brasil: Ministério da Justiça, PNUD, 2005.

Repensando as relações pessoais na EMEF Nossa Senhora de Fátima

*Fabiola Albuquerque*¹
*Carla Pires Cerveira*²

A escola está situada na zona leste de Porto Alegre, no Bairro Bom Jesus, na Vila Nossa Senhora de Fátima. A construção da escola teve início em outubro de 1956, com a conclusão em 1957, eram pavilhões de madeira. A Escola sofreu inúmeras ampliações em sua estrutura física ao longo dos anos, devido à crescente demanda por vagas e por ser referência em educação de qualidade para a comunidade, inicia-se em 1991 a obra de construção de novos prédios de alvenaria.

Não podemos pensar na Escola hoje sem falar que, no ano de 1995, passamos por muitas transformações, tanto no espaço físico, já que estávamos em fase de conclusão dos novos prédios, como no aspecto pedagógico. No dia 08 de setembro de 1996 foi inaugurada toda a parte nova da escola, contendo 04 prédios com dois pisos cada um. O ano de 1996 foi de muito estudo, pois se fazia necessário mediante tamanha mudança pela qual a Escola estava se propondo: a transição da organização de seriação para a organização curricular dos Ciclos de Formação. Esse processo se concretizou em março de 1997, quando o sistema de ciclos

¹ Coordenadora da Central de Práticas Restaurativas da EMEF Nossa Senhora de Fátima.

² Orientadora Educacional da EMEF Nossa Senhora de Fátima

foi implantado. A partir deste momento, deu-se início, também, a montagem do nosso Regimento Escolar.

Em março de 1997, a escola passou a funcionar na estrutura de Ciclos de Formação, e foi escolhida pela SMED para ter o primeiro ambiente informatizado. Entendendo que a escola deva ser lugar de quem ensina e aprende, recebemos, a cada semestre, alunos de diversas universidades de Porto Alegre, que realizam seus estágios curriculares em nossa escola, servindo, assim, como pólo de ensino-pesquisa e extensão.

A escola sempre procurou alternativas de melhor atender às demandas e necessidades de nossa comunidade, estabelecendo assim, de longa data, parceria com instituições de ensino superior, através do trabalho integrado entre escola-comunidade, avançado no desenvolvimento de projetos interdisciplinares com os cursos de odontologia, psicopedagogia, psicologia, serviço social e psiquiatria. Acolhemos e participamos de iniciativas propostas por organizações não-governamentais e integramos os fóruns e programas existentes na comunidade.

Ao longo desses anos, a escola sempre se preocupou em oferecer cursos aos alunos como uma alternativa de ampliação de seus conhecimentos. Atualmente, oferecemos projetos tais como: projeto *TIM Música*, *Oficina de Música* (flauta, teclado e violão), *Oficina de Sexualidade*, *Oficina de Criatividade* (com materiais reciclados), *Rádio Escolar* e participamos do projeto *Escola Aberta* nos finais de semana. Todos nós, que fazemos, cotidianamente, esta escola,

empenhamo-nos em construir através de nosso trabalho, dedicação e luta, uma forma mais humana, inclusiva e digna de vivenciar os próximos anos.

Enfrentamos, no entanto, situações de agressões físicas e verbais, depredações, adolescentes da comunidade que não freqüentam a escola e entram em suas dependências para almoçar, namorar e jogar bola durante o recreio. Diante destes problemas, procuramos várias alternativas para um convívio entre todos os envolvidos da comunidade escolar e começamos a oportunizar atividades no turno inverso e aos finais de semana, oferecendo diversas oficinas e práticas de esportes no projeto *Escola Aberta*. No projeto *Cidade-Escola*, oferecemos oficinas de artes, esportes, música, contação de histórias, meio-ambiente, papel reciclado, rádio e jornal no turno em que não freqüentam as aulas, pois, observamos que vários jovens não tinham uma atividade para o turno inverso à escola ou, até mesmo, o dia todo. Porém, algo mais nos preocupava, as relações pessoais dentro da escola. Pensando nisso, criou-se o Núcleo de Protagonismo Juvenil e seu desdobramento na implementação de Práticas Restaurativas, na busca de qualificar as relações pessoais dentro e no entorno da escola, criando um ambiente tranquilo e prazeroso, no qual, todos os envolvidos pudessem se responsabilizar por suas ações e conseqüências, sejam estas boas ou não.

Iniciamos em 2007, um curso de Capacitação para Coordenação de Círculos Restaurativos, promovido pelo projeto *Justiça para o Século 21*, realizado na Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, para cinco professores da escola.

Realizamos, neste ,um Círculo Restaurativo, com muito relações dos participantes.

Seguindo a parceria com o projeto *Justiça para o Século 21*, em 2008, passamos a compor um grupo, com outros parceiros, para implementação de centrais de práticas restaurativas setoriais, viabilizando e estimulando a reali-zação de Círculos Restaurativos para encontrarmos resoluções pacíficas para os conflitos no ambiente escolar.

Hoje temos uma sala específica onde ocorrem os encontros dos Círculos Restaurativos, três professores capacitados como coordenadores de Círculos Restaurativos, uma professora referência para promover os valores e princípios da Justiça Restaurativa na comunidade escolar. Até o momento, foram realizados três Círculos Restaurativos e os participantes se consideram satisfeitos com os resultados. Foi notória a restauratividade das relações pessoais entre os participantes. Costumamos dizer que restauramos a Esperança.

Muitas vezes a desesperança pode prevalecer, então, pode-se pensar que a realidade é somente essa e devemos nos conformar com o rumo da situação. Num certo contexto é fácil acreditar que não há nada que se possa fazer, ou ainda que nossa ação tenha pouco resultado. O Projeto Justiça para o Século 21, divulgando os princípios e métodos da Justiça Restaurativa com a ampliação de sua atuação nas escolas, chegou no momento certo para qualquer iniciativa que pretenda ter como fruto a justiça.

A Justiça Restaurativa e a Cultura de Paz

Ana Paula Araújo Gomes¹

A maioria das escolas da Rede Municipal de Ensino do município de Porto Alegre localiza-se em comunidades desfavorecidas economicamente, que possuem precárias condições habitacionais (e de geração de renda) e, às vezes sem as mínimas condições de saneamento básico. Esse contexto de desigualdade e injustiça social, que é produto da sociedade capitalista em que vivemos, acaba tornando-se o terreno fértil para que situações de abuso, violência, negligência e intolerância sejam fomentadas. Isso afeta, diretamente, as relações cotidianas dentro da escola, pois há tiroteio nas comunidades, assalto, roubo, ameaças, dano ao patrimônio público ou privado, gerando medo e/ ou indignação nos profissionais que trabalham nas escolas, criando um clima de tensão.

Isso faz com que, circunstancialmente, apareça na escola uma preocupação com a questão da violência e com a interrupção desse ciclo. Evidencia-se isso informalmente, ou formalmente, em discussões que nem sempre conseguem mobilizar ações transformadoras, pois, geralmente, os educadores ainda acreditam que a escola só é capaz de reproduzir ou de se adaptar à sociedade em que vivemos,

¹ Professora da EMEF Migrantes, Especialista em Supervisão Escolar e Docência do Ensino, Licenciada em Pedagogia.

com isso percebe-se que:

A discussão sobre violência, embora tenha ganhado as ruas e assumido proporções democráticas, ainda permanece muito ligada à emoção e associada aos sentimentos de medo ou pânico, emergindo, geralmente, após a experiência de algum fato de maior gravidade, como um crime hediondo ou uma tragédia comunitária. (GUIMARÃES, 2005, p.269).

Dessa forma, a reflexão sobre a violência na escola é, de certa forma, banalizada por não haver um estudo sistemático e aprofundado, que permita superar o senso comum, objetivando buscar alternativas viáveis para cada contexto. Então, por vezes, as escolas e suas comunidades ficam, passivamente, esperando e desejando que somente outras pessoas, em outras instâncias, resolvam o problema da violência e da segurança pública. Nesse processo, indiretamente, parece que há a expectativa de que o Estado utilize a violência como instrumento pedagógico, reiniciando o ciclo em que violência gera violência.

Isso evidencia que vivemos um momento, conforme afirma Pinto:

[...] a explosão de criminalidade e violência têm mobilizado o mundo contemporâneo que se vê frente a um fenômeno que deve ser encarado na sua complexidade. Essa complexidade demanda criatividade. (2005, p.18).

Então, essa é uma questão problemática em vários âmbitos de nossa sociedade e, em várias dimensões, vêm-se buscando possibilidades de superar esse fenômeno de forma mais qualificada e eficiente, já que “se violência e paz são entidades culturais, são, portanto, construídas, ensinadas, aprendidas.” (GUIMARÃES, 2004, p.11).

Nessa perspectiva encontra-se o Projeto Justiça para o século 21, através da possibilidade de uma parceria sistemática que trouxe para as escolas a oportunidade de conhecer, refletir e implantar práticas de resolução não-violenta de conflitos.

Dessa forma, acabei conhecendo, em 2005, o Projeto Justiça para o Século 21, ocasião em que era a supervisora escolar da EMEF Migrantes, que se situa na zona Norte de Porto Alegre, atendendo a comunidade da Vila Santíssima Trindade ou Vila Dique, como é, popularmente, conhecida. Isso aconteceu devido à inclusão ao projeto *Abrindo Espaços na Cidade que Aprende*. O Projeto foi elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, tendo como embasamento as pesquisas realizadas sobre a violência pela UNESCO, que apontaram grandes índices de situações violentas, especialmente aos sábados e domingos em comunidades muito vulneráveis. Isso fez com que a escola se integrasse às mais diferenciadas iniciativas, tais como a *Escola Aberta* e a *Justiça Restaurativa*, tendo como objetivo, respectivamente, propiciar uma série de atividades vinculadas à inclusão social, cultura da paz e ao combate à violência.

Mais especificamente, dentre essas ações, estava incluído o projeto *Justiça para o século 21* que, através de ações da Associação de Juízes do Rio Grande do Sul e da Justiça da Infância e da Juventude, vêm contribuindo com a divulgação e adoção de práticas de prevenção da violência, através da proposição de uma Justiça Restaurativa, que em parceria com a Educação, detém-se no aprofundamento dos seguintes aspectos: resolução não violenta de conflitos, educação de valores e cultura de paz.

Essa novidade, inicialmente, despertou em mim, diferentes emoções e sensações contraditórias, tais como: curiosidade, desconfiança, interesse e resistência, já que propõe uma transformação cultural baseada em princípios não-violentos. A partir de um aprofundamento dessa temática, comecei a perceber que a função de justiça dentro da escola pode estar embasada em diferentes interpretações, que podem ser através de uma “lente retributiva” ou de uma “lente restaurativa” como afirma Howard Zehr (2007) em sua obra “Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça”.

Adaptando as contribuições desse autor para a realidade escolar, comecei a perceber que os conflitos podem ser resolvidos, dependendo das crenças do educador, sem levar em consideração as dimensões interpessoais e enfatizando, em demasia, a preocupação com a sanção (retribuição) ou, considerando as dimensões interpessoais centrais e inerentes ao processo de resolução não-violenta

do conflito, buscando reparar os danos através do estabelecimento de acordos consensuais (restauração).

Nessa perspectiva, a lente restaurativa, de certa forma, contribui para enfatizar a necessidade de interromper o ciclo vicioso na resolução de conflitos em que o agredido, para conseguir justiça, imitará o agressor, ou necessitará de alguém que faça isso por ele.

Mais especificamente, através do conhecimento dessas questões, acabei compreendendo que a função de justiça está permanentemente sendo exercida dentro da escola e em outras instituições, ao tentar resolver situações de conflito e/ou violência, mas que na Escola, muitas vezes, oscilam entre a impunidade ou na crença de que “a idéia arcaica de justiça exprime-se pela lei de talião. Olho por olho, dente por dente, crime por crime”. (MORIN, 2005, p.125)

Entretanto, acredito que a perspectiva da Justiça Restaurativa, e sua principal prática difundida pelo projeto, que é a utilização de Círculos Restaurativos na resolução de conflitos, pode ser um avanço humanizador, por se fundamentar em pressupostos pacíficos capazes de promover maior equidade e que podem ser aplicados pelo poder Judiciário, pela escola ou pelas comunidades. Com a presença de um facilitador capacitado para essa função, visa colocar, frente à frente, o receptor do fato e o autor do fato, para que com outras pessoas envolvidas, diretamente ou indiretamente, com a questão possam encaminhar, conjuntamente e consensualmente, uma reparação pelo dano causado em determinada circunstância, através de um

processo de responsabilização que deve ser voluntário. Dessa forma, fica claro que:

Pela Justiça Restaurativa, assim, a resolução de problemas seria de forma colaborativa, pela oportunidade que se oferece aos prejudicados (...) de se reunirem para expressar seus sentimentos, descrever como foram afetados e desenvolver um plano para reparar os danos ou evitar que aconteça de novo. (KONZEN, 2007, p.79).

Sendo assim, o Círculo Restaurativo é uma estratégia com a qual é possível proporcionar uma experiência significativa de diálogo e horizontalidade, que através da partilha é capaz de questionar valores e buscar o consenso, desde que haja a predisposição das partes para participar dessa vivência que tem procedimentos necessários e que são inerentes a sua realização.

A partir do conhecimento do projeto, comecei a me perguntar: quais as possibilidades de colaboração que ações como essas têm na constituição de cidadãos críticos, autônomos e éticos? Quais foram e quais são os espaços de diálogos verdadeiramente proporcionados, nas escolas para resolver os conflitos? Em que condições esses diálogos acontecem? Como a forma com que os educadores se comunicam com os alunos afeta a construção do senso de

cidadania e justiça? De que forma a resolução de conflitos vêm contribuindo para a formação de um sujeito baseado na ética da compreensão? Como a Justiça Restaurativa pode contribuir na prevenção da violência nas escolas?

A partir dessas indagações, comecei a recordar de momentos em que presenciei e/ou me envolvi, diretamente ou indiretamente, com a resolução de diferentes situações de conflito e de violência e entendi o quanto minha formação acadêmica, e provavelmente a de meus colegas, foi deficitária por não ter dado subsídios necessários para enfrentar essas situações de forma qualificada. Com isso, percebi que a comunicação e o diálogo na escola, algumas vezes, são deficitários, principalmente nos momentos de resolver as divergências, pois existe ainda a compreensão do conflito como algo negativo e destrutivo. No decorrer do tempo, comecei a compreender que, para superar isso, é necessário acreditar que “a partir do momento em que as pessoas começam a conversar sobre o que precisam em vez de falarem do que está errado com os outros, a possibilidade de encontrar maneiras de atender às necessidades de todos aumenta”. (ROSEMBERG, 2006, p.106).

Dessa forma, os estudos sobre a Justiça Restaurativa, sobre os Círculos Restaurativos e sobre a Comunicação não-violenta que embasa os princípios dessa prática trazem à tona outra possibilidade de trabalhar com essas questões: através do exercício de poder, nos locais em que estamos trabalhando e não delegando somente poder aos outros em outras instâncias. Podem-se, na medida do possível, interromper a

expectativa de que sempre o Estado, nas suas mais diversas instâncias, utilize a violência como um instrumento pedagógico, reiniciando um ciclo vicioso em que a violência gera violência.

Entretanto, pensar na possibilidade de adoção dos Círculos Restaurativos como uma vivência de resolução não violenta de conflitos, na escola, deveria ser apenas o primeiro passo para viabilizar uma transformação ética, que demonstra que “a Justiça, então, enquanto estiver preocupada com as pessoas deve voltar sua atenção para a relação entre elas”. (ROLIM, 2004, p.23). Sendo assim, essa prática só poderá ser potencializada se realmente as escolas se propuserem a repensar o paradigma racional que as sustentam, em conjunto com todos os seus segmentos para que, através de uma ação coerente possam, gradativamente, produzir transformações de valores, incluindo a luta pela paz e pela não-violência.

Para que práticas como essa possam ser difundidas e “dêem frutos”, a médio e longo prazo, é necessário investir na formação de professores, para que os mesmos possam acreditar na possibilidade de que suas ações possam colaborar para transformar a realidade em que a cultura da violência domina, através de uma formação bem argumentada, coerente e sensibilizadora. Assim, é possível sonhar e viabilizar uma mudança na forma de se comunicar e de se relacionar dentro da escola, “mas tal percepção não pode ser deixada a cargo da iniciativa pessoal somente. Os professores devem receber capacitação inicial no local de trabalho, que

lhes permita questionar e adequar suas escolhas pedagógicas à luz da filosofia da não-violência”. (MULLER, 2006, p.21)

Além disso, é necessário que todos os envolvidos nesse processo estejam conscientes de que esse é um processo longo e gradual, e que é normal haver resistências e ou conflitos nas escolas, quando sua comunidade se depara com novas perspectivas, que podem lhes tirar de uma espécie de zona de conforto que seus pensamentos habitam e se acostumam.

Para isso, é preciso que as parcerias apoiem as escolas na superação do medo inicial, do desamparo inerente ao afastamento das certezas universais e absolutas, contribuindo para o abandono gradual do papel de vítima da sociedade, empoderando esses profissionais, dando-lhes subsídios teóricos, resgatando a necessidade de o professor estudar em seu local de trabalho, possibilitando transformar a escola num espaço de estudo, pesquisa e transformação.

A Justiça Restaurativa e a Cultura de Paz convergem suas pretensões ao incitar a discussão dos princípios que regem as relações pessoais na escola, explicitando que “quanto menor for a distância entre nosso discurso e nossa ação, entre o currículo explícito e o oculto, mais eficaz será nosso trabalho”. (JARES, 2007, p.45)

No âmbito Jurídico, o tema da Justiça Restaurativa já é controverso, dessa forma, na associação de seus princípios e proposições práticas, que podem ser também aproveitadas pela educação, não poderia ser diferente. Com isso, tal como toda a novidade, desperta alguma curiosidade e interesse de uns poucos, bem como resistência e desconfiança de muitos,

já que propõe uma ruptura paradigmática. Coloca a escola frente à possibilidade de escolher e assumir um compromisso com a transformação da sociedade, mas devido às proporções de responsabilidade desse processo, creio que , “como sempre, a iniciativa só pode partir de uma minoria, a princípio incompreendida, às vezes perseguida. Depois a idéia é disseminada e, quando se difunde torna-se uma força atuante.” (MORIN, 2000, p.101)

Sendo assim, creio que o diálogo entre duas áreas, em princípio tão distintas quanto a Educação e o Direito, oportunizadas pelo projeto *Justiça para o Século 21* nos lembram o quão importante é o diálogo interdisciplinar na busca pelo estabelecimento de consensos que podem conduzir a humanidade a construir caminhos mais éticos na prevenção à violência.

Dessa forma, o projeto *Justiça para o Século 21* é uma das muitas alternativas capazes de abrir novas perspectivas para a educação, trazendo elementos importantes, novas possibilidades e não garantias, para o enfrentamento de situações de conflito e/ou violência, já que a Justiça Restaurativa e a Cultura de Paz estão intimamente relacionadas. Uma não pode existir sem a outra, já que só se obtém paz com justiça e só existe uma Justiça Restaurativa com paz. E assim ambas podem nos trazer esperança de construir um mundo melhor através do “desafio de nos apropriarmos de um modo de pensar e, antropofagicamente, transfigurá-lo artisticamente num espaço construtivo e

emancipador de nossos conflitos e de criação de novas possibilidades de co-existência". (MELO, 2005, p.72)

A relação da Justiça Restaurativa com a Cultura de Paz e a escola constituem-se num amplo campo fértil e desafiador de pesquisa e reflexão que está se constituindo e que, possivelmente, trarão benefícios e mudanças em nossa sociedade a longo prazo.

Referências

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Educação para a paz: sentidos e dilemas.**Caxias do Sul: Educs, 2005.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Um novo mundo é possível: Dez boas razões para educar para a paz, praticar a tolerância, promover o diálogo inter-religioso, ser solidário, promover os direitos humanos.** São Leopoldo: Sinodal, 2004.

JARES, Xésus, R. **Educar para a paz em tempos difíceis.** São Paulo: Palas Athena, 2007.

KONZEN, Afonso Armando. **Justiça Restaurativa e Ato Infracional: desvelando sentidos no itinerário da alteridade.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

MELO, Eduardo Rezende. **Justiça restaurativa e seus desafios histórico-culturais.** Um ensaio crítico sobre os fundamentos ético-filosóficos da justiça restaurativa em contraposição à justiça retributiva. In: SLAKMON, Catherine, (org.) *et alii* Justiça Restaurativa. Brasília, DF: Ministério da Justiça e PNUD, 2005.

MORIN, Edgar. **O método 6: a ética.** Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MULLER, Jean Marie. **Não-violência na educação**. São Paulo: Palas Athena, 2006.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. **Justiça Restaurativa é possível no Brasil?** In: SLAKMON, Catherine (org.) et alii *Justiça Restaurativa*. Brasília, DF: Ministério da Justiça e PNUD, 2005.

ROSEMBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Agora, 2006.

ROLIM, Marcos. **Para Além da Punição. Justiça Restaurativa**: um caminho para os direitos Humanos? Porto Alegre: IAJ, 2004.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes**: um novo enfoque sobre o crime e a justiça. São Paulo: Palas Athena, 2008.

Reflexões a partir de estudos sobre a violência, a paz e a comunicação não-violenta com os alunos da EMEF Migrantes, das turmas T11 e T21, sob orientação da professora Ana Paula Araújo Gomes.

“A paz não pode ser mantida à força. Somente pode ser atingida pelo entendimento”. (Albert Einstein)

“Se nós mantivermos a calma, poderemos ter paz neste mundo. Quase todos acham que podem fazer as coisas à força, mas não é assim, porque a violência tira a paz de todos nós”. (Maria Cristina da Silva, Turma: T21).

“A paz é a chave número um para as pessoas não fazerem guerra no nosso país”. (Antônio Francisco A. da Silva, Turma: T11).

“A paz vem dentro de ti próprio, não a procures à tua volta”. (Buda)

“A paz existe dentro de cada pessoa, basta nós a procurarmos. Todos nós precisamos manter a calma e pensar um pouco. Antes de acusar outras pessoas, devemos olhar para nós mesmos”. (Maria Cristina da Silva, Turma: T21).

“Aquilo que se obtém com a violência só se pode conservar pela violência”. (Mahatma Gandhi)

“Eu penso que jamais devo descarregar os meus problemas nas outras pessoas, que não tem nada haver com eles”. (Carmem Adriana de Carvalho, Turma:T21).

“Faz o que for justo. O resto virá por si só”. (Goethe)

“Devemos fazer amizade com os outros, fazer o melhor que pudermos e sermos melhores com os outros. Devemos ser justas com os nossos filhos, sermos calmas, atenciosas e carinhosas, por que de dentro de casa sai o respeito”. (Maria Teresinha Soares Moraes, Turma: T21).

Produção dos alunos sobre a temática da Paz da Educação de Jovens e Alunos da EMEF Migrantes, na turma T3, sob a coordenação da professora Elenir Tassi Cordeiro.

A Paz

“A paz é importante para todos nós. Sem ela, nós não somos nada. A pessoa que não tem paz dá para perceber de longe, porque está sempre de mal com a vida. Por isso a paz é importante a todos, principalmente para aqueles que não têm paz. A paz traz muita alegria, satisfação e esperança, quem tem paz tem tudo na vida. Muitas pessoas são egoístas, querem tudo para si própria, não desejam o bem a seu próximo, só querem o mal. Muitas vezes acabam ferindo as pessoas com suas maldades, isso não é bom, só traz conseqüências e danos a todos aqueles que fazem o mal ou o praticam. Por isso devemos sempre estar em paz com nós

mesmos, porque só assim estaremos em paz com os outros também. Acreditar na paz é fazer a paz”. (Aluna Nelci de Oliveira).

O sonho da PAZ

“Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não têm alicerces. Sem prioridade, os sonhos não se tornam reais, sonhe metas, estabeleça prioridades e corra riscos para executar seus sonhos. Melhor é errar por tentar, do que errar sem ao menos ter se esforçado. A felicidade é a certeza de que somos amados apesar de sermos como somos. A felicidade é o esplendor da vida, quando os sonhos lindos são verdadeiros. O mistério da Paz é maior do que o mistério da morte”! (Aluna Pedrolina Espíndola da Silva).

A Paz

“A Paz é a esperança de todo o mundo. O perdão entre as pessoas leva paz ao coração de todos. O amor, quando existe nas famílias, todos vivem felizes para sempre. Zelar pelo patrimônio significa respeitar a sua comunidade. O melhor amigo é aquele que aceita dialogar e atender ao pedido dos amigos. A Esperança nasce no coração das crianças de um dia viver numa nação melhor. A Amizade entre irmãos renasce na igualdade e na paz para todos. A Inspiração nasce no coração das pessoas, daí elas vivem em paz com o mundo, porque em nossa nação não pode existir guerra e sim a paz, para todos serem felizes”. (Aluna Maria de Fátima da Silva).

Quero Paz

“A paz não se pede, se conquista, e todos nós queremos, mas para isso precisamos fazer algo para conquistar a paz. Por isso precisamos fazer algo que merecemos. Quando encontramos alguém brigando, precisamos intervir pedindo a eles que parem e que eles rezem pela paz do mundo. Só queremos paz, só rezamos por ela quando algo acontece de ruim. Mas o que temos que fazer é rezar todos os dias, pedindo muita paz, e não só quando precisamos dela”. (Aluna Marlei Terezinha Friedrich).

“Paz é a alegria de estar ligado ao mundo. Alguém que passa fome nunca pode estar em paz”. (Maria de Fatíma da Silva).

Sobre a Paz

“Não faça maldades, porque a paz é a melhor esperança para um futuro melhor para os meninos e as meninas de Porto Alegre. O respeito é a melhor coisa para não acontecer uma briga e a paz não acontece se não tiver o respeito”. (Aluno Leandro dos Santos Schimitt).

Nossa Paz

“Muitas pessoas participam desses cuidados. Além da mãe; pai; os avôs; os tios; os irmãos e os amigos. Vocês estão crescendo e ficando cada vez mais independentes. Mas para crescer saudável e feliz, você precisa de paz, atenção e carinho.

O jeito de olhar é muito importante para você mostrar e perceber sentimentos de paz. Acalma-te, pois a tranqüilidade do espírito traz esperança, amor, e crescimento. Aconteça o que acontecer, esteja em paz. Caminho eterno e amoroso que guia até a paz, caminho que acalma as nossas ansiedades, as nossas frustrações, que consola e amortece as nossas quedas. Caminho que ensina, ilumina, atende as nossas necessidades de alegria. As pessoas boas de coração e mente vêm aprimorar nosso espírito para a verdadeira paz que buscamos. Trabalhem com fé e dedicação, que no fim do caminho encontrarão uma grande paz”. (Aluna Ernandina M. da Silva).

Paz que nós buscamos

“Na planta nós vemos a paz.

A criança é a paz no mundo.

A paz é um abraço bem apertado.

Semeiam em lágrimas e secarão com alegria.

Meu povo habitará em morada de paz.

Que todas as coisas sejam feitas com amor”.

(Aluna Ernandina M. da Silva).

Reflexões de um Guarda Municipal sobre a paz

*Rosalvo da Cunha Bastos*¹

Convivendo com os estudos da Justiça Restaurativa, podemos ser capazes de entendê-la como uma oportunidade de semear a paz e colhermos ótimos resultados na resolução pacífica de conflitos no ambiente escolar, pela participação de todos que, de alguma forma, se sentem atingidos por ocorrências. Divergências podem ser resolvidas com respeito, com equilíbrio, e se não forem explicitadas, podem se tornar situações mais graves no futuro.

Em meu dia a dia penso sobre a temática da Paz, porque a minha área profissional é a de segurança pública, ou seja, faço parte da Guarda Municipal e atuo na EMEF Migrantes, que se situa nas proximidades do aeroporto, e seus alunos moram na Vila Dique e na Vila Nazaré. Reorganizando minhas idéias e revendo os meus conceitos sobre paz e violência, percebo que nestas duas situações podemos observar dois tipos de experiências: uma revigorante e com plena satisfação pessoal, que é difundir a tranquilidade e o equilíbrio, e uma que gera dor, que nos deixam cicatrizes: a agressão.

Convivo com esta comunidade há seis anos e as dificuldades com a resolução de conflitos vêm diminuindo por parte das pessoas, pois tentamos resolvê-los com a

¹ Guarda Municipal da EMEF Migrantes

restauração do diálogo. Sempre se reforça que somente com respeito de um com os outros vamos obter a paz. Hoje, com a formação de redes, podemos ter maiores informações sobre facilidades e dificuldades das comunidades, sendo possível trabalhar e conviver melhor com cada um dos cidadãos.

Na Guarda Municipal, buscamos promover a pacificação entre todos, com muito diálogo e respeito, sempre abrangendo os alunos, os familiares e os professores. A busca pelo fim da violência pode ser longa, mas se cada um realizar a sua parte na promoção da paz e na restauração do equilíbrio, então, o caminho já está sendo trilhado. Parabéns a todos!

A Orientação Educacional e a Justiça Restaurativa: aproximações e possibilidades

*Angélica Silva Sonntag*¹

Atuei na Escola Municipal de Ensino Fundamental Migrantes, zona Norte de Porto Alegre, de maio de 2001 a Dezembro de 2007, como Orientadora Educacional (O.E.) nos três ciclos e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Hoje, a Vila Dique recebe moradores oriundos do interior do estado, que migram para a capital em busca de emprego e melhores condições de vida. Também recebe muitas famílias de outras comunidades da cidade, compondo assim um ambiente urbano e rural de culturas e organizações variadas.

Os alunos são, na sua maioria, filhos de recicladores de resíduos, população com precária renda financeira, e as crianças trabalham junto com seus pais para garantir o sustento da família. As famílias são, na maioria, compostas pela mãe, padrasto e muitos irmãos, possibilitando diferentes organizações familiares, bem como modificações constantes nas suas rotinas. Os valores e práticas de justiça estão altamente vinculados às leis de sobrevivência e manutenção das suas vidas.

¹ Professora da Rede Municipal, Assessora Pedagógica do Arranjo 6, formação no Curso de Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional pela Unilassale.

Nesse período, considero que o maior desafio foi encontrar modos de pacificação de conflitos, pois eles permeavam os processos de aprendizagem na escola. Observei que a violência sofrida pelas crianças e adolescentes poderia se refletir nas ações e nas palavras, afetando as relações e provocando em alguns professores, perplexidade e diferentes modos de intervenção.

Uma das formas encontradas pelos professores, para resolver as brigas, era o 'encaminhamento' do aluno ao Serviço de Orientação Educacional (SOE). Por encaminhamento vamos entender a solicitação de atendimento do aluno no referido serviço, conduzindo-o para a sala apropriada no momento do fato ou, posteriormente, conforme a necessidade. A palavra indisciplina, observada e entendida como, por exemplo, brigas, ofensas ou o não cumprimento das combinações estabelecidas pelas turmas, fazia parte da rotina de encaminhamentos e, como não havia consenso sobre as metodologias de resolução, os alunos geralmente eram atendidos na Orientação.

Nesses momentos, fazia-se necessária a 'compreensão' e a 'tradução' dos fatos ocorridos a fim de facilitar a conversa entre os envolvidos na situação, buscando consenso e responsabilização. Desta forma, conseguia estabelecer um clima de diálogo e, aos poucos, as palavras ocupavam o lugar das agressões físicas e das ofensas.

Nos primeiros anos de atuação na função, trabalhei no sentido de produzir com os professores diferentes modos de intervenção junto aos alunos, buscando potencializar a

utilização do diálogo na pacificação das relações na escola.

No entanto, me deparei com o paradoxo punição/impunidade, pois ao mesmo tempo em que procurávamos estabelecer, através da aproximação dos envolvidos nas brigas, o diálogo como estratégia de resolução, víamo-nos querendo alguma punição para ‘o culpado’, para que não ouvíssemos os alunos dizendo: “Viu, não dá nada”.

Muitas vezes me questionei: - Por que a utilização do diálogo como forma de resolução de conflitos significa, para muitos, o mesmo que ‘não dá nada?’

Para compreender essa dinâmica e acompanhar os casos encaminhados, busquei conhecer as famílias, suas organizações, histórias de vida e vivências que pudessem traduzir os comportamentos e necessidades apontadas.

Deparei-me com uma realidade que considero cruel. A infreqüência escolar, investigada através da Ficha de Comunicação do Aluno Infreqüente (FICAI), revela motivos como a exploração do trabalho infantil, violência doméstica, uso de drogas ilícitas, tráfico de drogas e negligência. Nas entrevistas feitas no Serviço de Orientação, algumas famílias verbalizavam o sentimento de impotência e falta de apoio. Muitas acabavam sendo inseridas em programas sociais e assistenciais. O Centro Comunitário da região, a Escola e o Posto de Saúde eram apontados como locais de referência onde acionavam a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente e garantias de direitos.

Conforme os artigos 86 e 87 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entende-se por Rede de Proteção à

Criança e ao Adolescente o conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, compostos por políticas sociais básicas, políticas e programas de assistência social, serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso crueldade e opressão, serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos e proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Nas conversas que tínhamos, ouvi relatos de famílias que, mesmo após anos de atendimento e participação nos referidos programas, continuam enfrentando as mesmas situações de vulnerabilidade social, e muitas atribuíam 'a outros' as dificuldades de seus filhos e de suas vidas. Ao mesmo tempo, diziam que se sentiam bem em poderem falar e de serem escutadas por alguém.

Quando as famílias eram chamadas pela escola para conversar sobre as atitudes de seus filhos, muitas delas apontavam o castigo ou o afastamento do aluno como maneiras de solucionar os conflitos. Muitos alunos concordavam com essas idéias, quando convidados a pensar em estratégias para melhorar a convivência na escola. Porém, tais medidas vêm de encontro ao que vínhamos propondo, pois acreditávamos em ações que promovessem a cultura de paz e a educação por valores.

No ano de 2005, a escola foi convidada a participar do projeto *Escola Aberta* devido à problemática da violência na

região. Através deste espaço, ingressamos no projeto *Justiça para o Século 21*. Comecei a participar de encontros onde conheci os princípios e valores da Justiça Restaurativa, a prática de Círculos Restaurativos e a comunicação não-violenta (CNV) como forma de pacificação de conflitos.

Segundo Rosenberg (2006), a comunicação não-violenta é um processo poderoso para inspirar conexões e ações compassivas. Ela oferece uma estrutura básica e um conjunto de habilidades para abordar os problemas humanos, desde os relacionamentos mais íntimos até conflitos políticos globais. A CNV pode nos ajudar a evitar conflitos, bem como a resolvê-los pacificamente, ajuda-nos a concentrarmo-nos nos sentimentos e necessidades que todos temos, em vez de falarmos e pensarmos segundo rótulos desumanizadores.

Fiquei encantada. Era tudo o que eu precisava para ampliar minha prática educativa e contribuir com a escola na produção de um espaço saudável e seguro para a pacificação dos conflitos, utilizando a palavra e a escuta como metodologia.

A partir deste momento, comecei a me questionar: quais as possibilidades da utilização da Comunicação não-violenta e dos valores da Justiça Restaurativa no Serviço de Orientação Educacional? Como seria esse espaço no contexto da nossa escola? O que caracterizam os conflitos naquele espaço? De que forma as tradicionais práticas de resolução de conflitos reverberavam no cotidiano daquela escola?

Para melhor compreensão das aproximações entre a Justiça Restaurativa e a prática da O.E, faz-se necessário

considerar alguns dos objetivos gerais do SOE, e entre eles o Decreto nº 72846/73 que regulamenta a profissão e as orientações do Caderno Pedagógico nº 9/SMED/PMPA. Em seu Artigo 1º, o decreto 72846/73 estabelece o seguinte objetivo para a O.E.: “Assistir o educando, individualmente ou em grupo, no âmbito do 1º e 2º graus, visando o desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas”.

O Caderno Pedagógico aponta, dentro das atribuições do O.E, os seguintes objetivos: a) Investigar e analisar a realidade vivencial do aluno, a história da própria comunidade, a fim de que os trabalhadores em educação possam melhor atender a todos os educandos em seu processo de desenvolvimento global, redirecionando permanentemente o currículo. b) Estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola, visando à aprendizagem do aluno, bem como a construção de sua identidade pessoal e grupal.

Embora a O.E., ao longo desses anos, tenha agregado muitos outros fazeres, percebo que cada vez mais nos voltamos para a pacificação das relações entre os envolvidos no cotidiano da escola. Para desempenhar tal tarefa, para mim, tem sido de extrema relevância os estudos sobre estratégias de comunicação e abordagem não-violenta dos conflitos escolares.

Em Agosto de 2007, participei de um Círculo Restaura-

tivo na escola, como comunidade do conflito e relatora. Pude compreender que, na prática, os princípios restaurativos como responsabilização, voluntariedade e empoderamento necessitam de um imenso esforço para serem aplicados, pois está enraizado em nós um modo retributivo/punitivo de resolução de conflitos. Notei que houve um alívio das partes e da comunidade em ter proporcionado o momento e esclarecido os fatos. Conseguimos chegar a um acordo satisfatório para todos os envolvidos.

Percebemos que, no Círculo Restaurativo, o diálogo é focado apenas no fato ocorrido, sendo ele o motivo da solicitação. O fato deve ser definido pela pessoa que o solicitou, indicando sempre uma ação, ou seja, o que o autor do fato fez.

Com a metodologia da CNV no Círculo Restaurativo percebe-se que, aos poucos, as pessoas conseguem estabelecer uma conexão, revelando necessidades humanas não atendidas naquele momento. Por conexão, podemos entender a ligação ou a união entre as pessoas, o que no Círculo Restaurativo é de extrema importância, pois sem isso não há escuta e, sem a escuta, o diálogo não acontece.

Hoje, percebo a escola como um local privilegiado para a construção de uma cultura de paz e não-violência. A compreensão de que todo o ato violento compreende uma necessidade não atendida nos remete ao desvelamento de que o ser humano, não importa raça, religião ou nacionalidade, necessita das mesmas coisas: justiça, respeito, saúde, moradia, afeto, liberdade, comunidade.

Dessa forma, podemos entender que atos violentos

podem ser cometidos como uma forma de autodefesa. Segundo Dominic Barter, tudo que fazemos com violência é uma tentativa de fazer justiça, em outras palavras, um modo de manifestação do que está faltando ao indivíduo, ou seja, a necessidade.

Sabemos que na escola, em alguns casos, não há tempo para estabelecer uma comunicação, e o uso protetivo da força se torna necessário para reestabelecer o ambiente de aprendizagem. Para Rosenberg (2006), em situações em que não há uma oportunidade de diálogo, como naquelas em que há perigo iminente, podemos precisar recorrer à força como meio de proteção com a intenção de evitar danos ou injustiças. Podemos entender por força a abordagem não-violenta, porém contingente do educador, que pode se materializar através da presença deste ou até mesmo da contenção física, nos casos de situações graves ocorridas no ambiente escolar.

Sabemos que para isso é preciso que existam pessoas que se autorizem, ou como diz Rosenberg (2006), se empoderem, assumindo como parte das suas tarefas a proteção dos seus alunos. Acredito que o Serviço Orientação Educacional pode servir como um espaço restaurador das relações e de força protetiva entre professores, alunos e comunidade.

Penso que a escola pode contribuir, imensamente, na construção de uma cultura de paz, quando ocupa os diferentes territórios escolares com o protagonismo das crianças e adolescentes, mostrando o que eles podem fazer de melhor, dando visibilidade a projetos e parcerias

consideradas de sucesso, criando meios de escuta e diálogo que possibilitem aos alunos outras representações de si próprios em situações de pertencimento, prestígio e reconhecimento, onde eles possam propor ações que favoreçam a autonomia e a responsabilização.

Portanto, a aplicação de práticas restaurativas, bem como a implementação dos Círculos Restaurativos nas escolas, são ações preventivas e comunitárias que podem ser efetivas na educação pela paz e na promoção dos valores, o que pode contribuir muito na apropriação de outros modos de resolução de conflitos pelas comunidades.

Referências

BRANCHER, Leoberto. **Iniciação em Justiça Restaurativa: subsídios de práticas restaurativas para a transformação de conflitos.** Apostila do Projeto Justiça para o século XXI. Instituinto práticas restaurativas.

Workshops com Dominic Barter – Ajuris – Agosto a Dezembro/ 2007.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta. Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais** – São Paulo : Agora, 2006.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE e legislação pertinente. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2007.

PORTO ALEGRE/RS. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Político-Pedagógica da Escola Cidadã**. Porto Alegre, SMED, 1999. (Caderno Pedagógico nº9).

Justiça Restaurativa e Educação em Porto Alegre: uma parceria possível

*Leoberto Brancher*¹

*Cláudia Machado*²

Pacificar conflitos e tensões sociais gerados por posicionamentos divergentes, ou por comportamentos transgressores, é um desafio do nosso tempo, marcado pela utilização desmedida da violência como estratégia de resolução de problemas. Debater a forma, a justificação e a eficácia das estratégias com que o Sistema de Justiça Institucional opera, como resposta às infrações penais, significa discutir o próprio modelo de democracia e de cultura em que estamos inseridos. Por isso, a discussão da Justiça, como prática social, propõe reflexões que interessam não somente ao aperfeiçoamento da Justiça Institucional, aquela que opera formalmente a incidência da ordem jurídica, mediante o processo judicial, impondo as sanções previstas para os atos infracionais.

Tais questões são relevantes para toda e qualquer instância da sociedade na qual se tomam decisões e, portanto, se exerce poder. E, de forma especial, interessam ainda às instâncias mais ou menos formais, mas não necessariamente judiciais, onde se exercem a resolução de conflitos e a tomada de decisões a respeito de comportamentos transgressores.

¹ Juiz de Direito da 3ª Vara Regional da Infância e da Juventude de Porto Alegre

² Professora Referência do Projeto Justiça para o Século 21 na SMED

Isso porque a qualidade, mais ou menos pacífica, ou violenta, democrática ou autoritária, emancipatória ou controladora, como exercemos a Justiça no âmbito institucional, será sempre um reflexo dos valores culturalmente aceitos e praticados na sociedade. E vice e versa.

Além do campo da justiça institucional, as reflexões propostas pelo modelo restaurativo de Justiça permitem visualizar e reconfigurar a forma como atuamos nas atividades judicativas que exercemos conosco mesmos e com nossos relacionamentos, nas instâncias informais de julgamentos de que participamos cotidianamente em ambientes como a família, escola ou trabalho. Por isso, embora partindo do âmago do Sistema Jurídico e confrontando, concretamente, as práticas da Justiça Institucional, os princípios e métodos da Justiça Restaurativa podem ser estendidos aos mais diversos campos de aplicação, revelando grande potencial na resolução de conflitos e pacificação social.

A Justiça Restaurativa propõe uma mudança de foco: a questão central, ao invés de versar sobre culpados, é sobre quem foi prejudicado pelo fato. Ao contrário da Justiça Tradicional, que se ocupa predominantemente da violação da norma de conduta em si, a Justiça Restaurativa ocupa-se das conseqüências e danos produzidos pelo dano. Esta forma de justiça valoriza a autonomia dos sujeitos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos para a auto-expressão e o protagonismo de cada um dos envolvidos e interessados – autor do fato, receptor do fato, familiares e comunidade. Partindo daí, fortalece e motiva as pessoas para a construção

de estratégias para restaurar os laços de relacionamento e confiabilidade social rompidos pelo conflito. Enfatiza o reconhecimento e a reparação das conseqüências, humanizando e trazendo para o campo da afetividade relações atingidas, de forma a gerar maior coesão social na resolução do problema e maior compromisso na responsabilização do autor e no seu projeto de ajustar socialmente seus comportamentos futuros.

Como na Justiça Restaurativa o foco muda do culpado para as conseqüências do dano, o ambiente de respeito para com a dignidade, a capacidade e a autonomia do autor do fato fazem-se presentes. É o receptor quem assume um papel de destaque. Além disso, objetiva-se sempre a participação da comunidade. Procura-se mobilizar o máximo de pessoas que se mostrem relacionadas aos envolvidos no conflito ou que possam contribuir na sua solução, abrindo espaço à participação tanto de familiares, amigos ou pessoas próximas de ambos, bem como de representantes da comunidade atingida direta ou indiretamente pelas conseqüências do conflito.

A ética restaurativa é uma ética de inclusão e de responsabilidade social e promove o conceito de responsabilidade ativa, essencial à aprendizagem da democracia participativa, ao fortalecer indivíduos e comunidades para que assumam o papel de pacificar seus próprios conflitos e interromper as cadeias de reverberação da violência no sistema Judiciário, na Rede de Atendimento à Infância e da Juventude, e também, na Rede Municipal de

Ensino de Porto Alegre. É utilizada como estratégia de enfrentamento e prevenção à violência, envolvendo crianças e adolescentes.

Para além de meras proposições de estratégias de reformulação do aparato institucional, de suas normas e procedimentos, a Justiça Restaurativa é proposta como um sistema de valores radicado, fundamentalmente, nos princípios da inclusão e da co-responsabilidade de todos os envolvidos no conflito. Busca respostas e soluções para o trauma social decorrente do dano, bem, como na participação democrática de todos esses atores na sua relação com o processo de realização da Justiça, decorrente da horizontalidade das relações com que o poder passa a ser exercido.

A concepção de trabalho do projeto Justiça para o Século 21 tem suas estratégias emancipatórias orientadas pelo paradigma da Justiça Restaurativa e, a par dos benefícios concretos e imediatos que pretende proporcionar as comunidades atingidas, objetiva também alcançar um caráter estruturante em termos de políticas de atendimento às crianças e adolescentes em contextos de violência. O projeto está inserido na rede de atendimento ao adolescente em conflito com a lei a partir do Sistema de Justiça, mas estabelece parcerias de forma que amplia sua abrangência produzindo repercussões no âmbito de outras políticas como as de Segurança, Assistência, Educação e Saúde.

Neste sentido, desde 2005, o Projeto tem como parceira institucional, entre outros, a Secretaria Municipal de Educação, objetivando a difusão e alavancagem de ações no

respectivo segmento. Entre os objetivos gerais do projeto está o de sistematizar e difundir a metodologia necessária à implantação da Justiça Restaurativa para o Sistema de Ensino que visa, mediante a conjugação de esforços resultante do Termo de Cooperação, promover Práticas Restaurativas na resolução pacífica de conflitos nas escolas.

Uma iniciativa desta parceria foi o convite dos educadores ao Juiz de Direito Leoberto Brancher para participar da Formação da Região Leste, em 2007. O encontro, com doze escolas fundamentais, especiais e infantis, teve aproximadamente 200 participantes que buscavam aperfeiçoamento, troca de conhecimentos e de vivências individuais e coletivas sobre a temática proposta da Justiça Restaurativa. O objetivo do encontro foi discutir os princípios das Práticas Restaurativas, no contexto escolar, que valorizam o diálogo, a autonomia e a auto-responsabilização dos envolvidos na busca de soluções para as causas e conseqüências dos conflitos.

A esperança e a vontade de colaborar para a construção de um mundo mais pacífico reuniu centenas de pessoas no 2º Seminário Temático da Justiça para o Século 21, no qual profissionais da educação e público em geral participaram das palestras com a doutora em Serviço Social, Beatriz Aginsky, o juiz de direito Egberto Penido, as professoras de São Caetano, Elisa Amélia de Godoy Bezulle e Fátima de Carvalho Montenegro, a PhD em Serviço Social, Patrícia Krieger Grossi e o doutor em Filosofia e em Teologia, Pergentino Pivatto, nos “Diálogos sobre Educação, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa”. Estiveram presentes escolas

da Rede Estadual e Municipal de Ensino de Porto Alegre, entre elas, as quatro escolas-piloto do Projeto. Os palestrantes de São Paulo e as professoras pesquisadoras de Porto Alegre puderam relatar ao público as experiências bem-sucedidas, da mesma forma que os representantes das instituições que efetivam as práticas restaurativas em seu ambiente escolar.

As demandas se expandem em 2008, com o objetivo de implementar a Justiça Restaurativa de forma descentralizada, por segmentos específicos: judicial, nos programas de execução de medidas sócio-educativas de privação de liberdade e de meio aberto, um abrigo público, uma entidade não-governamental; no segmento das escolas serão três (uma particular, uma estadual e uma municipal). A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima, com coordenadores de Círculos Restaurativos capacitados ao longo do ano de 2007, constitui-se uma unidade operacional em ambiente escolar. Visando sistematizar e promover o modelo, passará a sediar a realização de Círculos Restaurativos, enquanto espaço de prática, experimentação, sistematização, supervisão e difusão operacional para o respectivo segmento. As unidades de referência atuam em conjunto entre si e em colaboração e passam a integrar, conjuntamente, um Grupo de Trabalho com encontros sistemáticos sob a coordenação e supervisão técnica da coordenação geral do Projeto.

O primeiro Workshop de Práticas Restaurativas organizado especialmente para adolescentes ocorreu no início deste ano na EMEF Nossa Senhora de Fátima, localizada no Bairro Bom Jesus. O encontro, promovido pelo Projeto Justiça

21, foi destinado ao público de aproximadamente, 100 alunos e representou o marco de implementação de Práticas Restaurativas no ambiente escolar. Neste Workshop foram destacados os principais valores da Justiça Restaurativa e apresentados os objetivos do Projeto. Após breve explanação sobre a metodologia, os participantes assistiram, atentamente, a exibição do vídeo institucional “Semeando Justiça para o Século 21” e dialogaram sobre sua realidade, sob a inspiração do filme. A Coordenadora de Práticas Restaurativas da escola salienta que, é importante mostrar aos alunos a existência de outras opções para a superação dos conflitos e que isso passa pela valorização da vida e da paz. Os estudantes também demonstraram grande interesse pelo tema e uma aluna de 14 anos, diz ser uma chance para que a pessoa possa agir diferente. A grande surpresa se deu pela presença de um jovem, morador do bairro e participante de um procedimento restaurativo familiar realizado em 2006. O adolescente emocionou-se ao falar sobre a sua experiência e ressaltou que, sem dúvida, a realização do Círculo Restaurativo possibilitou um diálogo com sua família, o que não existia antes.

A interação entre a Justiça Restaurativa e a Educação pode fomentar um ambiente de diálogo e demonstrar respeito autêntico pelas pessoas. É um convite para investigar e criar ações restaurativas, reconhecendo o conflito para chegarmos a um acordo. Exige de nós estarmos dispostos a pedir e a oferecer algo, buscando compreender nossas limitações e possibilidades como seres humanos.

Justiça Restaurativa - dialogando com a Escola

Shirlei de Hann Curtinaz¹

Sob a ótica do exercício da cidadania e de desejo de uma cultura baseada em valores humanos, este texto registra uma perspectiva ou um ponto de vista construído pela oportunidade da trajetória vivenciada no projeto *Justiça para o Século 21*².

Com objetivo de difundir e ampliar os princípios e procedimentos da Justiça Restaurativa no âmbito da educação e da comunidade, o Projeto Justiça 21 proporcionou várias ações, entre elas destaco as atividades de Sensibilização e Alinhamento – objeto deste relato. Foi, a meu ver, a mais expressiva atividade de democratização do projeto, pois significou uma ação descentralizada que percorreu as redes de atendimento da criança e do adolescente. Neste percurso, foi possível disseminar princípios e valores da Justiça Restaurativa (JR), tais como ‘voluntariedade’, ‘inclusão’, ‘horizontalidade’, ‘comunicação empática’, ‘respeito’, ‘empoderamento’, entre outros.

A reflexão e compreensão desses princípios e valores permitiram que esse processo de encontros nas redes fosse

¹ Assistente Social, Membro do Grupo de Formadores e Coordenadora Técnica do projeto *Justiça para o Século 21*.

² Ancorado na 3ª Vara Regional do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre é uma iniciativa da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul - AJURIS.

um exercício vivenciado coletivamente, acolhendo as manifestações e respeitando a trajetória e repertório pessoal de cada participante. Além de disseminar a idéia de Justiça Restaurativa, esses encontros também possibilitavam uma investigação interna de valores remetendo a um inventário pessoal.

Os encontros descentralizados motivaram a presença de inúmeros professores participantes da rede, que pelo interesse, realizavam ‘verdadeiras sabatinas’, indicando um caminho a ser percorrido com os propósitos de aprofundar esse conhecimento em Justiça Restaurativa.

Nesta direção, a JR constitui um novo paradigma de Justiça. Ainda que esse paradigma represente o novo, a literatura apresenta que essa prática é milenar, utilizada por tribos indígenas. Então, o novo é velho.

Esse velho, porém novo para nós, vem sendo utilizado a partir da década de 70, quando professores americanos e australianos como John Braithwaite, Howard Zehr e Mark Umbreit defendiam uma alternativa para um sistema penal considerado excessivamente duro, e que historicamente não tem repercutido na diminuição do crime, nem satisfatoriamente reabilitava ofensores¹³.

As novas perspectivas, então trazidas pela Justiça Restaurativa, apontam para a democratização do poder e resgate humano, permitindo o acesso e participação de setores

³ Fragmentos do Relatório 2005/2007 – *Justiça para o século 21* – Instituinto Práticas Restaurativas.

excluídos na resolução de conflitos - aqui compreendidos como o efetivo exercício do protagonismo do receptor e autor de um ato de transgressão, e ainda as demais pessoas que ambos entenderem que devem participar da resolução do conflito, podendo ser familiares, ou amigos a que chamamos de comunidade. Além disso, o modelo propicia um resgate da compreensão da humanidade, o que não significa concordar com o outro, e sim valorizar o protagonismo responsável de cada pessoa na busca da resolução do conflito.

Tal visão de justiça, pautada na dimensão ética da inclusão oferece, no processo restaurativo, um espaço seguro para dialogar, utilizando-se de uma abordagem focada nas relações prejudicadas pela infração, encorajando os envolvidos a construírem um acordo. Neste encontro existem apenas pessoas, não há lugar para culpados ou inocentes. Desta forma, o encontro torna-se um processo colaborativo e humanizador que envolve as partes interessadas na busca de ações para reparar o dano, ou curar a dor advinda de uma atitude violenta.

Ainda que não seja objeto desse texto, a exposição conceitual e didática do processo restaurativo facilita o entendimento desta forma de justiça que se realiza através dos Círculos Restaurativos.

Na 3ª Vara do Juizado da Infância e da Juventude, os Círculos Restaurativos são realizados na Central de Prática Restaurativa - CPR que, além de realizar tal procedimento, passou a agregar a função de Capacitação em Serviço, pois a adesão ao projeto pela sociedade prospectou, de tal forma,

que a CPR proporciona estágios para os operadores de rede da Criança e do Adolescente, interessados em capacitar-se na coordenação em Círculos Restaurativos.

O processo restaurativo envolve etapas claramente definidas, recomendadas para a efetivação do processo restaurativo: **Pré-Círculo, Círculo e Pós-Círculo**, que sucintamente descrevo a partir da retirada de fragmentos de diário do Curso de Formadores, ministrados pelo Prof^o Dominic Barter.

Pré-círculo: O coordenador realiza um encontro separado com cada uma das partes envolvidas, autor e receptor. Nesta oportunidade, ambos indicam pessoas que, de alguma forma, estão envolvidas no conflito para participarem como comunidade. O coordenador apresenta a proposta, explica como funciona e, após obter consentimento, busca identificar o fato que será levado ao círculo.

Círculo: O Círculo Restaurativo é o momento do encontro das pessoas envolvidas, que apesar da dor, estão dispostas a buscar, através do diálogo, um acordo de forma colaborativa. O coordenador seguirá uma seqüência de momentos que se traduzem em: 1 - compreensão mútua (como estão atualmente); 2 - auto-responsabilização (volta-se ao momento do ato/retroativo, identificando as necessidades de ambos); 3 - acordo (soma das ações de cada pessoa na busca da restauração do fato).

Pós-círculo: Encontro de verificação do nível de satisfação com as ações proposta/realizadas.

Fonte: sistematização dos registros das aulas do Programa Intensivo de Formação de Formadores em Práticas Restaurativas, curso com 80 horas, entre os dias 27 de agosto a 30 de outubro de 2007.

Esse processo restaurativo conta com um coordenador/facilitador que utiliza a linguagem da Comunicação Não-Violenta e busca, através de uma escuta empática, conectar as relações que foram prejudicadas por um ato de violência. Também permitirá vir para o círculo as diversas necessidades, tão bem traduzidas por Marshall Rosenberg (2006) como “*todo ato de violência é a expressão trágica de uma necessidade não atendida*”. Necessidades aqui entendidas como aquilo que não *cessa*⁴, necessidades tais como: ar, respeito, integridade, alimento e água são necessidades universais, portanto não são necessidades materiais.

Associados à contribuição de Marshall, compreendemos que tais necessidades estão presentes em todas as pessoas, porém algumas se tornam invisíveis e suas necessidades também. Essas necessidades e invisibilidade se traduzem, de certa forma, numa dramática banalização da violência que passa a ser incorporada na sociedade e refletida em diversos espaços. Entre eles está o ambiente escolar, que abarca em si um repertório de situações de conflito, violência, tristeza, crescimento, proteção e possibilidade de transformação.

O Espaço Escolar e o *fazer justiça*

Sob a ótica da escola, muitos são os desafios e possibilidades. Reconhecendo a grande contribuição do

⁴ Fragmentos de diário de aula do programa de formação, ministrado pelo capacitador Dominic Barter (*Necessidade - cessa - raiz aquilo que nunca está ausente, não cessa*).

ambiente escolar na formação de crianças e adolescentes, esse espaço, campo fértil para germinar as sementes da Justiça Restaurativa. O considerável número de casos, que envolvem situações de conflitos no ambiente escolar, denota a imprescindibilidade de iniciativas inovadoras e eficazes, capazes de alterar a lógica que emerge de cada vez mais adolescentes serem vistos sob o estigma de perigosos.

Do ponto de vista legal, é indiscutível que o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe o paradigma da garantia de direito, tão bem descrito na “condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”⁵. Entretanto, se temos a alteração na lei, esse regramento ainda necessita, gradativamente, alterar a lógica de compreensão que está imbricada com valores, ética e disposição de coresponsabilidade, diante desse sujeito em desenvolvimento. Caberia, talvez, o questionamento quanto à compreensão que nós, adultos, atribuímos à condição de desenvolvimento da criança e do adolescente. Talvez devêssemos pensar no sentido político de nossa prática, e em que medida nossas atitudes e ações desenvolvem um trabalho articulado com valores humanos, inclusão social e transformação humana.

Por muito tempo, a escola teve como objetivo principal o ajuste do sujeito à sociedade em que está inserido. Neste contexto, seu papel baseava-se na transmissão de um conjunto de normas e modelos sociais, fazendo com que a criança, ao

⁵ Estatuto da Criança e do Adolescente, disposições preliminares art. 6º. Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais.

ingressar na vida escolar, se desenvolvesse enquanto ser social, na perspectiva de conhecer e corresponder ao modelo apresentado. Em outras palavras, como um *adulto* em desenvolvimento, projetado para o futuro, para então se tornar um ser produtivo socialmente.

O desenvolvimento de uma nova concepção de Infância e Juventude traz consigo a necessidade de reformulação e reflexão acerca da prática educativa. Levamos a perceber a criança e o adolescente como sujeitos com necessidades naturais a essa fase da vida, por seu incipiente desenvolvimento mental e orgânico, que requer cuidados e proteção para a garantia de um desenvolvimento saudável, contrapondo à idéia de indivíduos incapazes e incompletos.

Na escola chega então a necessidade de organizar-se enquanto agente transformador, para superar a mera transmissão de conhecimento e regras engessadas. Depara-se com um indivíduo da era digital, onde a informação é acessível de forma fácil e rápida, porém não para todos e, em alguns casos, não depende da intervenção do professor. Geralmente, se depara com uma nova concepção de ser humano, pois tudo é muito dinâmico, rápido e mutável, inclusive as relações. Podemos supor que a função de educar torna-se mais complexa, de forma que a instituição escolar e mesmo o educador, felizmente, não exercem mais o papel regulador de forma tão absoluta, mas mediador, trabalhando para a inclusão social. Este papel vai além da simples inserção, desde a valorização da vida humana, a preservação ecológica e a capacitação para o uso da tecnologia.

Dessa forma, a educação, foca sua atuação para a formação de um sujeito completo, capaz de conviver com a diferença, exposto às diversas referências de certo e errado, já que tudo é passível de questionamentos.

É inegável que os avanços são fundamentais à construção da identidade, pois a diversidade, muito embora não seja aceita e vivenciada na totalidade, é discutida e conquistada gradualmente.

Alterada pela lógica da violência, da injustiça social e pela desumanização, a instituição Escola sofre com um possível desgaste de sua imagem, uma vez que não podemos lhe creditar a garantia da ascensão social por meio da escolarização. A escola luta para ressignificar seu papel enquanto agente de transformação social.

Neste contexto, pode-se dizer, que a escola vive um momento em que necessita rever seu papel social, pois a ela recai a responsabilidade de orientar crianças e adolescentes para muito além do desenvolvimento cognitivo, mas também atender as demandas sociais. Quando outras instituições falham e estas demandas afloram no ambiente escolar sua resolução é atribuída à escola. Porém, esta problemática vai muito além dos muros escolares, pois em uma realidade onde as referências e modelos se confundem, as escolas passam a ser apenas mais um espaço onde as desigualdades se reproduzem, vivendo uma confusão de papéis e sem ter claras as limitações de sua ação. Assim, o insucesso de sua prática é, ingenuamente, atribuído à equipe, sem considerar que as dificuldades estão relacionadas à confusão ou ausência de referências a que crianças e adolescentes são submetidos.

Dessa forma, a escola passa a enfrentar situações que são oriundas de uma estrutura social, onde muitas vezes crianças e adolescentes são vistos como perturbadores da ordem. Ou seja, não raros são os casos em que a agressão, a indisciplina e o conflito nas relações professor-aluno são vistos como algo que está na criança ou no adolescente, sem considerar que sua conduta nada mais é do que o produto do insucesso dos papéis das instituições que falharam anteriormente: a família, a escola, a comunidade e a própria sociedade. Quando o aluno apresenta risco aos outros, está também, ele próprio, se expondo ao risco, necessitando sim de proteção e não de culpabilização, para que seus direitos não sejam mais uma vez violados.

Para Morin (2000, p.39) a educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e adolescência que, com freqüência, a instrução extingue e que, ao contrário, se trata de estimular, ou caso esteja adormecida, de despertar.

Desenvolver a habilidade de resolver conflitos e solucionar problemas da vida cotidiana pode, *a priori*, parecer simples ou coloquial, mas quando percebemos que o contexto em que vivemos nada mais tem de simples, entendemos quão complexo torna-se a missão de educar. Ela consiste em um processo de encantamento diário, concorrendo com as facilidades e praticidade da vida moderna, onde o ato de

pensar torna-se dispensável em um clique. À educação cabe a difícil tarefa do diálogo, de voltar à idade dos porquês, centrados na condição humana, que nos instrumentaliza a desenvolver a inteligência geral trazida por Morin. Remete ao educador a responsabilidade de educar para reaprender a pensar, e conseqüentemente reaprender a viver, em uma cultura de resgate ao respeito, à dignidade, valores tão presentes na justiça restaurativa, pois para Morin, (2000, p.61):

[...] a educação deveria mostrar o destino multifacetado do humano: o destino da espécie humana, o destino individual, o destino social, o destino histórico, todos entrelaçados e inseparáveis. Assim, uma das vocações essenciais da educação do futuro será o exame e o estudo da complexidade humana. Conduziria à tomada de conhecimento, por conseguinte, de consciência, da condição comum a todos os humanos e da muito rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos, das culturas, sobre nosso enraizamento como cidadãos da Terra.

Reafirmo minhas convicções, e que elas não sejam um aprisionamento em mim mesma, ao contrário, uma provocação para a discussão, declarando que no campo da educação, em especial o espaço escolar, se evidencia um genuíno espaço para a implantação da Justiça Restaurativa.

Nessa implantação, parece-me que alguns aspectos devam ser considerados para aumentar as condições de sucesso e, ainda que não sigam uma ordem absolutamente cronológica, é importante serem compreendidos enquanto processo.

Primeiro, a equipe diretiva são os articuladores da proposta escolar, isso significa que não o fazem isoladamente, mas são os responsáveis pelo orquestramento de muitas demandas que, para além das demandas curriculares, possam oportunizar que o espaço da escola seja de pertencimento, exercício de cidadania e ética. Desta forma, possam ser os grandes incentivadores da implantação da Justiça Restaurativa em seu espaço de responsabilidade escolar, pois a equipe diretiva irradia as condições para que essa nova forma de fazer justiça se instale.

Segundo, envolver a comunidade escolar, trabalhar com as famílias, numa perspectiva dialética em que mesmo reconhecendo as dificuldades e pressões sociais em que está envolvida, essa rede primária é capaz de resgatar vínculos e apresentar soluções criativas. Envolver as crianças e adolescentes num protagonismo efetivo, realizando atividades com promoção dos valores. Essa gestão integrada entre a escola e a comunidade escolar, garante a coresponsabilidade da implantação.

Terceiro, mas não menos importante, acredito na imprescindibilidade de envolver a rede de serviço local, sendo ela governamental ou não-governamental, pois essa rede terá a importante responsabilidade de oportunizar o cumprimento dos acordos firmados.

Enfim, é necessário querer, mas querer realmente e aceitar o outro como um sujeito verdadeiro na relação. Aceitar que as crianças e os adolescentes são sujeitos em desenvolvimento e que todas as ações, que fazem parte do seu universo, poderão influenciá-los, do ponto de vista transformador, ou não. E, nesta direção, se a resposta interna for sim, então alinhar valores e princípios com a Justiça Restaurativa, aprender o procedimento restaurativo, não será mais uma demanda escolar, e sim terá o significado transformador de incidir nas relações humanas de forma ética e inclusiva.

Referências

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069/90.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes para a Educação do Futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

ROSENBERG, Marshal. **Comunicação Não-Violenta – Técnicas para Aprimorar Relacionamentos Pessoais e Profissionais.** São Paulo: Ágora, 2006.

Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça da Infância e da Juventude¹

Fabiana Nascimento de Oliveira²

A Justiça Restaurativa não se reduz a um simples encontro entre ofensores, vítimas e comunidades. Habita, nela, uma concepção de justiça que repousa em uma nova ética, que visa à responsabilização. Conduz-se pelos princípios do diálogo, da participação e de transformação das relações fragilizadas por situações de conflito e violência. Está pautada por um sentido de verdade, pelo direito à inclusão, pelo reconhecimento de necessidades humanas invisibilizadas, que repercutem em violências, contribuindo para responsabilidades compartilhadas por endereçá-las.

Tende, ainda, a humanizar processos pelos quais, todos os dias, em situações das mais corriqueiras, responde-se socialmente às várias expressões das violências. Ao fundar-se na dignidade humana, almeja prevenir condutas violentas, e, ao mesmo tempo, construir acordos que responsabilizem e restabeleçam relações de confiança. Enfim, sua promoção convida à transformação da cultura.

¹ Artigo construído com base na dissertação de mestrado da autora, intitulada: Justiça Restaurativa no Sistema de Justiça da Infância e da Juventude: um diálogo baseado em valores, defendida em Dez/2007, no programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUC/RS;

² Assistente Social, mestre em Serviço Social e Coordenadora de Procedimentos Restaurativos da CPR/JIJ - Central de Práticas Restaurativas do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Porto Alegre/RS.

Ao se reconhecer o cenário jurisdicional, em que vêm sendo implementadas práticas restaurativas - o Sistema de Justiça da Infância e da Juventude -, verifica-se, não apenas a necessidade, mas a urgência de sua afirmação, como política social no campo da justiça. Isso porque os processos hoje hegemônicos, inegavelmente desumanizantes, opressivos, heterônomos e objetualizantes, reclamam por novas formas de realização da justiça. Observa-se, ainda, que uma das mais gravosas repercussões deste processo é o esvaziamento de sentido da medida sócioeducativa, o que as práticas de Justiça Restaurativa podem contribuir para preencher em termos de afirmação de valores humanos.

Assim sendo, essas práticas emergem na contratendência do prevalente arbítrio e autoritarismo no campo sócio-jurídico e, neste, especialmente na sócioeducação. O desafio de humanização desse campo exige investimento em formação e qualificação dos profissionais que ali atuam, incluindo-se os Assistentes Sociais. Infelizmente, a tradição tem preparado mais profissionais para julgar, diagnosticar, avaliar, decidir, do que fortalecer, compartilhar poder, em favor da participação dos diretamente interessados.

A esperança que fica, portanto, é que na tensão entre as práticas de Justiça Convencional, materializada em processos desumanizantes, e as de Justiça Restaurativa, orientada por processos humanizadores, abram-se brechas para inoculação de qualidades éticas e afirmação de valores, como a liberdade, a autonomia, o reconhecimento recíproco, a solidariedade, a co-responsabilidade e a resolutividade, na

subversão cotidiana das formas, como operadores jurídicos e técnicos vêm contribuindo para a produção e reprodução do lugar social que o atual sistema de justiça ocupa na sociedade.

A Justiça Convencional, por vezes, desumanizante, através dos limites e contradições objetivas que no seu interior se instalam, é que oferece as condições e possibilidades para gestos intencionais daqueles protagonistas das práticas que a realizam e comprometem-se com a garantia de uma face humanizada e humanizante do sistema, através das práticas de Justiça Restaurativa.

A Justiça Restaurativa se coloca como uma urgência de crítica no próprio interior do Sistema Convencional instituído, ou seja, complementando-o, contribuindo para a qualificação e humanização das práticas estabelecidas. Torna-se importante referir o quanto é possível, sim, afirmar valores em um sistema aparentemente inflexível, o quanto é possível aprimorar o sistema de justiça, no sentido de que suas respostas se tornem, ao menos, mais humanas frente à complexidade das situações de violência que se apresentam na esfera pública e exigem respostas éticas do Estado e da Sociedade Civil.

Cabe dispor, portanto, a essa nova concepção de justiça, a confiança necessária para a continuidade do desenvolvimento das testagens, aplicações, estudos, capacitações e sistematizações, as quais vem se propondo. Cabe aos entusiastas da Justiça Restaurativa, o desenvolvimento de um trabalho que busque a eliminação do preconceito e contribua na divulgação dessa concepção de justiça.

Capítulo II

PROJETO ABRINDO ESPAÇOS
NA CIDADE QUE APRENDE

Projeto Abrindo Espaços na Cidade que Aprende

Maria do Carmo de Souza¹

O Manifesto por uma Cultura de Paz, da Organização das Nações Unidas (ONU), proclamou o ano de 2000 como o Ano Internacional da Cultura de Paz e a primeira década do novo-milênio, 2001/2010, como a Década para a implantação de ações que fortaleçam a Cultura de paz e Não-Violência para as Crianças e a População do Mundo.

No Brasil, a cultura da paz tomou força através das iniciativas da UNESCO que adotou um programa, em 1995, com o objetivo de assegurar a transição da cultura da guerra, de violência, de imposição e de discriminação à cultura da não-violência, do diálogo, da tolerância e da solidariedade. A partir de grandes iniciativas em prol da educação e da cultura da paz, a ONU – Organização das Nações Unidas, em 1997, em Assembléia Geral, proclamou o ano 2000 como ano Internacional da Cultura de Paz e, posteriormente, em 1998 declarou o período de 2001 – 2010 como a Década Internacional da Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo.

A maior reunião de chefes de Estado e governos, que aconteceu na Sede das Nações Unidas em 1999, resultou na aprovação da Declaração do Milênio, documento que reúne

¹ Coordenadora do Projeto Abrindo Espaços na Cidade que Aprende (AECA) na SMED

as várias metas estabelecidas nas Conferências Mundiais ocorridas na década de 90. Esta declaração deu origem aos oito objetivos de Desenvolvimento do Milênio, quando todos os países que participaram, inclusive o Brasil, se comprometeram em cumprir: 1º) Acabar com a fome e a miséria; 2º) Educação Básica de qualidade para todos; 3º) Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4º) Reduzir a mortalidade infantil; 5º) Melhorar a saúde das gestantes; 6º) Combater a AIDS, a malária e outras doenças; 7º) Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8º) Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Uma ação pode ter diversas conseqüências, um Projeto pode contribuir para a Sensibilização, Cidadania e Solidariedade, pode envolver-se com o ambiente, a saúde, a educação, a segurança, o esporte e a convivência de todos.

Em 4 de julho de 2000, foi promulgada a Lei Municipal nº 8541 instituindo o Programa de Prevenção à Violência na Rede Municipal de ensino de Porto Alegre, da qual destaca-se como principal objetivo: fortalecer as relações comunitárias e disseminar ações de solidariedade e cidadania.

Em março de 2005, a SMED através do Projeto Abrindo Espaços na Cidade que Aprende (AECA), busca integrar-se e articular ações com instituições governamentais e não-governamentais para desenvolver estratégias de trabalho na construção da Cultura para a Paz.

O Projeto da SMED, AECA, foi embasado, teoricamente, nos referenciais da UNESCO para a Cultura de Paz, que criou o Programa Abrindo Espaços no ano de 2000, em

parceria com governos estaduais e municipais. O enfoque dado pelo Programa da UNESCO, para a construção da Cultura de Paz e prevenção à violência, era a abertura das escolas nos finais de semana com oficinas e atividades diversas, que contemplassem o estímulo à expressão oral, artística, esportiva, à convivência e sociabilidade, educação, cidadania e inclusão social. Este Programa, que começou em dez estados brasileiros, foi alcançando resultados positivos e, em 2004, o Governo Federal, em parceria com a UNESCO, lançou em âmbito nacional, o Programa Escola Aberta: Educação, Cultura, esporte e geração de trabalho e renda com foco na juventude, considerada a camada da sociedade com mais necessidade de propostas positivas de inclusão social. O Programa Federal, inicialmente, foi desenvolvido em apenas três estados brasileiros: Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais.

Conhecedores do projeto da SMED, *Abrindo Espaços na Cidade que Aprende*, os representantes do Escritório Antena da UNESCO no RS levam até a Secretária Municipal de Educação a sugestão de adesão ao Programa Nacional, para ampliar e qualificar mais as ações que estavam sendo propostas pelo mesmo na cidade de Porto Alegre. A idéia foi imediatamente acolhida e, em 17 de setembro de 2005, com a presença de representantes do MEC e da UNESCO, a Rede Municipal de Porto Alegre oficializa a adesão e inicia as atividades em 33 escolas de Educação Fundamental.

Com a potencialização dos espaços das escolas aos finais de semana, o protagonismo comunitário foi acolhendo

crianças, adolescentes, jovens e adultos, em atividades de interesse e necessidade local. O trabalho voluntário começou a tomar conta dos diferentes espaços e tornar-se referência na cidade, que começou a investir em ações articuladas entre as regiões, promovendo a interação entre os diferentes atores e qualificando-os em encontros de formação e capacitação em parceria com o Ministério da Educação, Ministério de Esportes e UNESCO.

A parceria entre a Prefeitura de Porto Alegre e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi sendo ampliada e os projetos e programas foram se qualificando para interagir nos espaços da cidade, oferecendo a diversidade de opções culturais, de formação, geração de trabalho e renda e esportes para todos. Como meta no planejamento de atividades para a comunidade, alunos, professores e funcionários, tornou-se importante a busca de parcerias com serviços especializados. Identifica-se a necessidade de deixar registrado e dar maior visibilidade aos diferentes fazeres e protagonismos da população, ocorrendo a criação de banners, fotos, filmagens, informativos e músicas, que expressassem os movimentos que conquistavam espaços e reconhecimento na Cidade.

A UNESCO, através do Programa *Abrindo Espaços* promove a Cultura de Paz para transformar os dramas da Vida, em vida Criativa, investigando e incentivando as potencialidades criativas e celebrando o talento e a arte para a conquista de uma vida Melhor. A violência está sendo superada pela construção da paz, restaurando a justiça,

mediando conflitos, dialogando e contagiando as comunidades, provocando um impacto motivacional. Somos todos peregrinos do mesmo caminho, precisamos de seres com mente e pensamentos pacíficos, que enxergam o mundo como uma grande família e percebem a Paz como um modo de ver e ser no Mundo, com a realização pessoal, social e comunitária.

É objetivo incentivar as mudanças estruturais e institucionais através das pessoas, ao fortalecer os valores, atitudes, comportamentos e modos de se relacionarem, tornando-as capazes de, em seus fazeres, promoverem, construir e conquistarem a Cultura da Paz. Paz se aprende, se ensina, se constrói com uma nova maneira de viver, potencializando as informações em conhecimentos significativos para a promoção da qualidade de vida.

Precisamos difundir a idéia para conquistarmos fazeres mais críticos e criativos, mostrar a grandiosidade de nossas pequenas ações para conquistar o respeito. Se conquistarmos a paz interior, a paz exterior vem como consequência, superando: o momento de injustiça, desigualdade, preconceitos, invisibilidade e indiferença para desabrochar e descobrir os valores, habilidades e potencialidades das pessoas.

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, ao assumir o Projeto Abrindo Espaços na Cidade que Aprende, insere-se no Programa Abrindo Espaços, da UNESCO, para qualificar cada vez mais os espaços na Cidade

que Aprende, fortalecendo o compromisso da Educação Municipal com a Cultura de Paz.

O Projeto adapta os espaços à realidade e às necessidades de cada comunidade, integrando as escolas, formando equipes, realizando diagnósticos (mapeamentos), capacitando profissionais, definindo estratégias e parcerias. Há a busca permanente de conhecermos as diversidades de cada Comunidade, seus talentos, suas características, suas necessidades culturais, sociais e seu modo de viver e conviver.

Gradativamente, conquistamos a abertura das escolas aos finais de semana ou contra turno, oferecendo práticas mais condizentes com a Cultura de Paz, suprimindo a ausência de diversão e oferecendo locais protegidos e de prazer, que propiciem conhecimentos e atividades que estimulem a criatividade e ocupem o tempo ocioso. Conforme as pesquisas da UNESCO, o mapa da violência aos finais de semana precisa ser discutido e superado. São nas periferias que acontecem, aos finais de semana, os maiores índices de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito, junto às populações mais carentes e com poder aquisitivo mais baixo. As famílias não oferecem a seus filhos lazer ou esporte por falta de recursos e pela insegurança em locais abertos. As escolas como espaços institucionalizados, assumindo aos finais de semana sua função como pólo cultural, ampliarão a dimensão social e pública de todas as organizações e entidades existentes na sociedade preocupadas com políticas públicas voltadas para a juventude.

O jovem, como autor, ator e espectador, integrando o

trabalho, a escolaridade e a identidade ao criar e interagir, será valorizado ao sentir-se responsável e protagonista das atividades oferecidas pela escola durante a semana e/ou aos finais de semana em sua comunidade. A escola é vista como espaços de relações e de vínculos de encantamento e alegrias.

São objetivos do Programa *Abrindo Espaços*: resgatar o interesse pela escola, como pólo de atração para a juventude e famílias da comunidade; potencializar vivências para gerar novas formas de relações nos planos sociais, pessoais e políticos, oferecendo espaços alternativos de educação, cultura, esporte e lazer para as comunidades; valorizar a cultura nacional, regional e local, a diversidade local e regional; definir o espaço escolar como núcleo ético-referencial dos princípios do Programa *Abrindo Espaços / UNESCO*; promover ações apropriadas nas comunidades para atender ao público-alvo capacitando, comunicando e mobilizando; discutir, refletir e construir conhecimentos em relação a prevenção a drogadição, direitos sexuais e reprodutivos e Qualidade de Vida abordando temas como: mediação de conflitos, justiça restaurativa, justiça para o Século 21, sexualidade, papel social e pedagógico da alimentação escolar. Há a construção de espaços para as discussões de estratégias e implantação de políticas públicas que integrem as comunidades, a oferta de atividades e formas de estimular a cidadania.

O desenvolvimento do Programa *Abrindo Espaços* ocorre da seguinte forma: a utilização dos espaços públicos

aos finais de semana articulando a escola da semana com a escola dos finais de semana; a acolhida aos jovens e suas famílias; a consolidação de parcerias; a conquista de novos parceiros; o entrosamento dos diferentes sujeitos; o reconhecimento e a valorização dos talentos das comunidades e dos saberes populares; escolha e definição dos espaços de lazer, esporte, educação para a cidadania, formação profissional e aprimoramento educacional. Os agentes envolvidos são os atores da comunidade, vítimas e agentes da violência.

O Programa *Abrindo Espaços da UNESCO* presente no Município de Porto Alegre, com o projeto *Abrindo Espaços na Cidade que Aprende* tem como princípios e referenciais: descobrir talentos; busca da auto-estima; conservação do espaço público; formar multiplicadores; ajudar na construção da Cultura de Paz.

A qualidade de vida em Porto Alegre passa diretamente pela educação na Cidade que Aprende e deseja construir a Cultura de Paz. O projeto *Abrindo Espaços na Cidade que Aprende*, da Secretaria Municipal de Educação, integra todos os Territórios de Aprendizagem Infantil, Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos em fazeres pedagógicos solidários.

Resultados divulgados nos meios de comunicação pela UNESCO, no ano de 2005, revelam que o Programa *Abrindo Espaços* e o Programa *Cidade Aberta* juntos têm, atualmente, seis mil e quinhentas (6.500) escolas abertas no país, atendendo a um público de cinco milhões (5.000.000) de

pessoas por mês. Ainda este ano, serão abertas mais 1000 escolas no âmbito do Escola Aberta.

Principais resultados demonstrados pelas avaliações do Programa:

1. O desenvolvimento de novas alternativas de convivência entre os jovens de diferentes grupos, em âmbito intra e extra-escolar, reduzindo, dessa forma, os índices de violência entre os jovens;

2. O estabelecimento de maior aproximação e solidariedade entre os jovens, professores e a comunidade;

3. Melhorias significativas no ensino e na aprendizagem, na medida em que melhora o clima escolar, e a escola fica mais atrativa e mais atuante para os jovens e suas comunidades;

4. Observam-se, ainda, jovens que haviam abandonado a escola, retornando e retomando os estudos.

Referências

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura/SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais. História e Geografia vol.5. Brasília. MEC/SEF, 1997.

Organização das Nações Unidas. Assembléia Geral das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos.1948.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.PRODOC-Escola Aberta:educação,cultura,esporte e trabalho para juventude.2004. p41.

_____ Escola de Paz. Brasília: UNESCO, 2001.

_____ Juventude e Sexualidade. Brasília: UNESCO, 2004.

_____ Drogas nas Escolas, Brasília: UNESCO, 2003.

_____ Políticas Públicas de/para/com juventude.
Brasília: UNESCO, 2004.

_____ Mapa da Violência: os jovens do
Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 1998.

Momentos de fazeres solidários do Projeto abrindo espaços...

Transitando pela Vida

Maria do Carmo de Souza¹

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED), com o lema *Porto Alegre, Cidade que Aprende*, vem desencadeando ações em diversas frentes para oportunizar espaços de inclusão social, prevenção a situações de risco e promoção de melhorias na qualidade de vida da Capital. O trabalho ocorre a partir das 92 escolas de Educação Infantil e Especial, Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Municipal, que, desde março de 2005, integram o projeto *Abrindo espaços na Cidade que Aprende* embasado no Pacto do Milênio pela Cultura de Paz.

O projeto *Abrindo Espaços na Cidade que Aprende* promove, nas comunidades, ações como oficinas, seminários, palestras, grupos de estudo, visando desenvolver o protagonismo e a co-responsabilidade através dos projetos *Escola Aberta, Escola que Protege, Educação Fiscal, Educadores para a Paz* entre outros. Todo o trabalho desencadeado pela SMED é norteado por quatro eixos: desconstruindo o racismo de estado, desnaturalizando padrões, exercendo a diferença e produzindo singularizações. Essas experimentações envolvem sujeitos na construção comum de uma vida melhor para todos e cada um.

¹ Coordenadora do AECA na SMED

Muitos são os questionamentos em relação ao momento de ensinar e aprender o tema 'trânsito', e quais os atores e autores responsáveis por esta tarefa. A certeza é de que este tema é aprendido durante toda a vida, vivenciado em todos os momentos de convivência através de atitudes, hábitos e habilidades no viver e conviver, ao respeitar e ser respeitado, ao compreender o espaço que ocupamos e o tempo de nossa existência.

Na família, a criança vivencia as primeiras experiências, ao olhar a sua volta, arrastar-se, engatinhar, pular, correr, levantar, sentar, tantos são os momentos do aprender e compreender! Na infância, os conhecimentos em construção são assimilados e acomodados conforme seu significado e aplicabilidade prática. Depois, na escola, desde a Educação Infantil, este tema deve ser explorado, constando do planejamento e da própria construção física da escola, onde escadas, acessos, corredores, portas, janelas, salas, pátio servirão como primeiras construções cognitivas, primeiras regras e primeiros obstáculos a serem compreendidos.

As experiências vivenciadas nos primeiros anos de vida familiar serão referenciais importantes para a qualidade de vida escolar e futura. A escola, enquanto espaço de formação e informação, precisa acolher as vivências e curiosidades infantis problematizando-as e, a partir delas, orientá-las para que aconteça a construção de novos conhecimentos. A pedagogia de projetos, por exemplo, contextualiza interesses do aluno, ou temas emergentes como fontes estimuladoras e estruturadoras do currículo.

Podemos nos perguntar o que significa incluir o Trânsito como um tema curricular, ou por que incluir o tema, o que o tema trânsito tem a ver com a qualidade de vida. Ao trabalhar o tema Trânsito extrapolamos o divulgar regramentos, estabelecer normas e prescrições. O tema permite a abordagem de diferentes áreas de conhecimento, concepções filosóficas e princípios éticos e estéticos

Como educadores - pais, professores e adultos que vivem e convivem com as crianças - são modelos referenciais e promotores de diferentes saberes, devendo ter a responsabilidade de evidenciar princípios humanísticos e de convivência social, priorizando a Qualidade de Vida.

O trânsito sadio, com a articulação harmoniosa dos diferentes protagonistas, quer sejam pedestres ou condutores de diferentes modalidades, promove a qualidade de vida.

A formação do bom condutor está na sua compreensão de pertencimento ao meio social e cultural, no qual, vive, processo anterior à obtenção da sua Carteira de Habilitação como motorista. Ao conhecer seu próprio corpo e suas capacidades de explorar o espaço, a criança começa a perceber-se com vida e a afetar-se com os diferentes estímulos oferecidos, buscando a sua volta equipamentos que tenham significado e que o ajudem na ampliação de seus tempos e espaços.

O lúdico assume o papel de brincadeiras organizadas, dirigidas, construtivas, onde regras são construídas e respeitadas conforme surgem os interesses e necessidades e são fundamentais para a vida futura. É nas primeiras

tentativas de interpretar o mundo, que a criança começa a compreender o valor das descobertas, das construções, das alternativas, da necessidade de escolha e do assumir suas opções, estabelecendo regramentos a serem seguidos.

A criança, desde pequena, precisa compreender que é responsável por si e pelo outro, evitando brincadeiras que venham a prejudicar alguém, mesmo que seja sem querer. Sabe que o querer é fundamental e importantíssimo e que temos alternativa de não fazer o que é errado.

Educar para a vida em sociedade e com harmonia, priorizando a vida, são papéis e funções de todos os educadores que orientam as crianças e adolescentes. Se assumirmos papéis de educadores, ao dialogarmos sobre comportamentos que prejudicam os outros e a nós mesmos, abordando, sem medo, a discussão sobre a legislação e o conhecimento das profissões que preservam e conscientizam as pessoas para que vivam e deixem o outro viver, são fazeres que fortalecem a pessoa que assume o lugar e função do ato nobre de educar e aceita educar-se.

Educar para o trânsito assume o papel de promover e preservar a vida, fazendo com que a criança, o adolescente e o adulto tornem-se críticos e ativos em suas relações com os outros, defendendo seus interesses e questionando posturas incorretas que coloquem em risco a própria vida. O professor deixa de ser aquele que silencia, ensurdece, se acomoda e nada vê para participar, protagonizar, pensar sistematicamente e estrategicamente, enxergar o todo, tornando-se capaz de fazer abstrações, inovar, criar, chegar à

essência das coisas, comunicar-se e relacionar-se com seus alunos, iniciando transformações ao preparar-se e prepará-los para uma convivência pacífica, mas não passiva, capaz de criticar e propor soluções.

Para que o trabalho sobre o Trânsito tenha significado, é necessário o protagonismo dos professores, alunos e das diferentes áreas de conhecimento, oportunizando: reconhecer a importância da construção de regras ou normas de convivência em diferentes tempos, espaços e contextos; vivenciar direitos e deveres em múltiplas interações; expressar-se, ouvir e dialogar com respeito às diferenças e potencialidades; trabalhar tempo e espaço na convivência social; vivenciar hábitos saudáveis; conhecer seu próprio corpo e o corpo do outro; conviver com diferentes grupos; refletir sobre as relações que estabelecem no espaço público; desenvolver o espírito crítico ao estabelecer relações e compromissos; vivenciar valores sociais que promovam a cidadania, como solidariedade e responsabilidade; atividades pedagógicas, aprimorando a percepção do meio em que vivem; encontros de grupos multifacetados para análise de situações e busca de soluções para problemas; construir maquetes que apresentem mapas e situações a serem debatidas, propondo alternativas.

Há experiências na área de artes, como grafite e música, que expressam formas de convivência no espaço que transitamos. São utilizadas estratégias ou procedimentos que favorecem a materialização da aprendizagem desejada.

A contação de histórias, também contempladas vai além do lúdico, potencializa vivências.

As experiências na escola precisam ser desafiadoras e comprometedoras, promovendo uma nova Cultura frente ao Trânsito, que mude os comportamentos e desacomode as pessoas para que se tornem multiplicadores de noções básicas tão necessárias à convivência nos diferentes meios de locomoção.

Ao trabalhar o trânsito, precisamos enfatizar as relações humanas, os direitos, a ecologia e a esperança de conquistarmos uma vida melhor para nossas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em suas famílias. A escola, assumindo seu papel, de formador e informador dos diferentes grupos sociais conquista e compromete-se com a Cultura da Paz no Trânsito, no qual a vida sempre deve estar em primeiro lugar.

Projeto Plantar para Colher - A vida em sociedade assemelha-se a um cultivo

Anderson Bittencourt¹

O projeto *Plantar para Colher* sonha com um mundo melhor e faz a sua parte, buscando amigos, colegas e pessoas especiais que acreditam que “sonho que se sonha junto se torna realidade” e mais que isto enxergou resultados com a mudança nas posturas e nos fazeres das pessoas. Apresento o Projeto, com o desejo de afetar as pessoas, sensibilizá-las a contribuir, de alguma forma, com a sociedade.

O nome escolhido para o projeto *A vida em sociedade assemelha-se a um cultivo*, onde o solo é semeado, as sementes são colocadas para que se adaptem na terra já trabalhada e possam brotar para depois gerarem bons frutos e serem colhidos. Ao imaginar uma ação solidária, pensamos na terra como comunidade e as sementes, são os jovens protagonistas de um novo tempo e espaço. A idéia do projeto surgiu ao ouvir relatos de tutores preocupados em oferecer uma qualidade de vida para seus filhos ou dependentes. Tem como objetivo oferecer recursos materiais mínimos, para que nossas crianças e adolescentes, em vulnerabilidade social consigam estudar em condições melhores, vivenciando novas experiências, para auxiliá-los em suas expectativas de um futuro mais promissor.

Passos a serem implantados: 1º) Formar uma equipe,

¹ Oficineiro e parceiro do AECA

que acredite na concepção do projeto; 2º) cadastrar pessoas de determinadas comunidades da região do Centro-Sul-Vila Nova, que aparentam uma maior vulnerabilidade social, cultural e financeira; 3º) ouvir as necessidades em relação ao acesso e permanência de crianças/adolescentes nas escolas, orientando-os e valorizando a escola como espaço de construção dos conhecimentos, que deve ser vivenciado pela família; 4º) com o levantamento da realidade e a identificação das pessoas que necessitam e solicitam apoio, buscar parceiros institucionais, ou colaboradores que queiram colaborar com material escolar, roupas, calçados, brinquedos e outros materiais que beneficiem nossa população alvo; 5º) trabalho iniciado, já em janeiro de 2007, com a divulgação, a troca de idéias dos colaboradores e o envolvimento da comunidade; 6º) no cadastro, os responsáveis pelo Projeto informarão o local para a retirada do material e a forma de acompanhamento, pois os mesmos poderão conversar e buscar novas orientações para sua autonomia e encaminhamentos aos setores públicos, com competência para atender as diferentes situações.

A idéia nasce como um pequeno movimento e almeja tornar-se grande nos seus resultados, ao conquistar pessoas que, engajadas nesta ação, comecem novas práticas de partilha, solidariedade e comprometimento com o outro. Ao deixar esta iniciativa registrada e socializada com o maior número de pessoas possíveis, pretendo buscar jovens que promovam práticas de humanização e respeito com seus semelhantes. Para que isto se torne possível, conto com colaboradores de todas as idades e classes sociais.

Projeto Parceria Solidária

Paulo Lara Perkov²

Começamos o projeto que se intitula *Parceria Solidária*, em junho de 2005, em parceria com o Instituto Maria Auxiliadora e com a EMEF Migrantes. Os principais objetivos são: oportunizar o desenvolvimento de uma cultura de paz dentro da comunidade escolar; desenvolver os fundamentos básicos do jogo da capoeira e promover a inclusão social através da arte da capoeira. Em 2006, incorporou-se a esta iniciativa, uma parceria do governo federal, através da UNESCO e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ao *Projeto Escola Aberta*.

Tal proposta fez com que as nossas aulas passassem de uma para duas vezes por semana. O projeto *Escola Aberta*, viabilizou apoio de recursos financeiros, para eventos, saídas de campo e para compra de materiais para prática da capoeira; como: roupas (uniformes) e instrumentos.

Este ano de 2008, no mês de junho, estaremos completando três anos de atividades. As dificuldades iniciais do trabalho como atenção e concentração da grande maioria dos alunos, questões de coordenação motora devido à falta de estímulos, questões de respeito ao próximo, foram alguns desafios que enfrentamos. Estreitar laços relacionais foi uma estratégia de fundamental importância naquele momento.

A partir disso pude criar e alimentar sonhos de crescimento pessoal e profissional nos alunos. Enfim, criar

² Professor de Educação Física, Coordenador do AECA na EMEF Migrantes e Especialista em Educação Infantil

uma nova perspectiva de futuro, uma nova visão de mundo, na qual a capoeira seja um caminho, que nos possibilite sonhar e construir uma cultura de paz. Quem está preparado para enfrentar um cotidiano de luta e resistência, pode pensar em construir uma cultura de paz e não violência. Para mim, a violência é a falta de uma educação transformadora, na qual de objetos, as crianças possam tornar-se sujeitos na construção das suas próprias histórias.

A falta de condições dignas de saúde pública e a desigualdade social são fatores que complementam este quadro e fazem parte deste contexto, quesitos estes que fazem com que nossas crianças cresçam com falta de perspectivas num futuro melhor.

A oficina de capoeira, na *Escola Aberta*, atua num contexto e forma um elo de ligação entre a comunidade e a escola, abrindo as portas da mesma para a população local. Oportuniza, desta forma, a prática de vivências da arte da capoeira, que por se tratar de uma arte-luta brasileira, é desenvolvida num processo sócio-histórico-cultural de libertação. A capoeira é capaz de transformar a realidade severa em que vivem as crianças, num sonho ricamente promissor, através de valores tribais da essência africana, deixadas como herança da cultura afro-brasileira, como os atos de cantar, dançar e tocar.

A música, instrumento de comunicação, carrega um conteúdo histórico-cultural, em suas melodias, geralmente, alegres e radiantes, faz com que as crianças transcendam e vibrem com suas possibilidades imaginárias e corporais, e assim, ocupem o seu tempo de forma construtiva e cheia de significados.

Os movimentos constroem a linguagem do corpo, numa atividade cotidiana e enriquecem esta linguagem multiplicando os seus recursos corporais, dando-lhes força para descobrirem que são capazes de irem muito além. A inversão corporal é algo que fascina o capoeirista: faz com que ele descubra uma nova forma de ver o mundo; e uma nova possibilidade de resolver seus problemas. E, se podem fazer coisas tão desafiadoras com os seus corpos, podem fazer muito mais pelas suas vidas.

Os toques, batidas e ritmos mostram suas capacidades de aprenderem outra linguagem, que é musical. Esta linguagem permite a transcendência dos limites corporais. Já dizia o ditado popular: “Quem canta os males espanta”. Aprendendo a cantar, eles descobrem outras possibilidades e, conseqüentemente, descobrem que são capazes de construir seus sonhos e destinos.

E nós, professores comprometidos com a transformação da sociedade, temos obrigação e o compromisso de oportunizar, aos nossos alunos, sonhar com um futuro melhor, para que a construção de uma sociedade onde haja paz, seja a nossa maior meta. Então violência dará espaço gradativamente, a uma cultura de paz.

Desta forma, acontece a colaboração dos projetos desenvolvidos na escola Migrantes, na perspectiva de oportunizar a possibilidade de sonhar um caminho para a paz. É um caminho onde nossa escola e comunidade possam construir juntos, que seja meio, e não fim, um novo caminho, uma nova visão de mundo e possibilidades para nossas crianças.

Projeto Abrindo Espaços na EMEF Migrantes na prevenção da violência

Eduardo Triches¹

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Migrantes atende as crianças e adolescentes da Vila Dique, nesta capital. A Vila Dique, como o nome já diz, formou-se sobre um dique de terra construído para represar as águas das cheias do Rio Gravataí, que invadiam o bairro Anchieta e parte da área do aeroporto. É uma faixa estreita de aterro, que vai desde a Avenida Sertório, até a estrada Free-Way. A ocupação desta área foi povoada, principalmente, por pessoas vindas de outras localidades do interior do estado. As condições de infra-estrutura são precárias, sendo que parte da comunidade não possui saneamento básico e a principal fonte de renda é a coleta e reciclagem de resíduos. Além das dificuldades em termos de moradia, saúde e obtenção de renda, também há poucos locais para lazer e prática de esportes, como praças e quadras esportivas.

Neste contexto, o papel da escola se apresenta como uma força de resistência na busca de produção de conhecimentos e de perspectivas de uma vida com mais dignidade. A EMEF Migrantes atende aproximadamente 300 alunos, entre crianças, adolescentes e adultos, no Ensino Fundamental, no diurno, e Educação de Jovens e Adultos, à

¹ Professor de Educação Física e Oficineiro do AECA na EMEF Migrantes

noite. Durante o horário escolar, os alunos têm a oportunidade de estar em um ambiente aparelhado adequadamente quer, fisicamente, quer por seu corpo docente. Nos finais de semana, a comunidade escolar pode desfrutar do projeto *Escola Aberta* que visa a prevenção à violência, promovendo condições de vida mais saudável e prazerosa.

O projeto *Escola Aberta* na EMEF Migrantes possibilita o atendimento sábados, manhã e tarde, e domingos à tarde. São oferecidas Oficinas que propiciam, aos alunos e demais membros da comunidade, um ambiente seguro, bem equipado para o lazer, esportes e demais atividades, que não só auxiliam e complementam a formação pessoal e profissional dos indivíduos, contribuem para a geração de renda.

As Oficinas podem ser continuadas: Capoeira, Informática, Recreação e Futsal, ou com um número de encontros determinado, como foram as Oficinas de Corte e Costura, Contação de Histórias e Culinária.

A Oficina de Informática oferece um curso, que não só prepara os alunos para um domínio amplo da tecnologia, mas também confere a eles um diploma de conclusão, que valoriza seu currículo para a conquista do primeiro emprego.

A Oficina de Capoeira, além de trabalhar o corpo como um todo, também promove os valores humanos, principalmente, o respeito. A ética e o autocontrole são vivenciados em todos os momentos da oficina.

A Recreação Infantil oferece espaços adequados e atividades lúdicas orientadas para as crianças, proporciona

horas agradáveis de convívio saudável, e os pais podem acompanhá-las, ou ainda trabalharem mais tranquilos.

A nova Oficina de Culinária ensina a melhorar a qualidade e o aproveitamento racional dos alimentos para as próprias famílias e proporciona opções para geração de renda. Além disso, traz alunos e, principalmente, mães para a escola aumentando a integração destas com a comunidade escolar.

Finalmente, a Oficina de Futsal, com o maior número de participantes, propicia que aprendam e pratiquem esse esporte, trabalhando vários aspectos sociais, através do jogo, como: o respeito às regras e às diferenças; a cooperação; a iniciativa e tomada rápida de decisões; a autoconfiança e a autonomia e o espírito de equipe.

Nesse espaço físico, adequadamente aparelhado e em segurança, com oficinairos vindos, principalmente, da própria comunidade, os alunos e familiares, frequentadores da *Escola Aberta*, encontram um núcleo de resistência ao vivenciar os valores humanos. Aí, a cidadania é praticada em todos os momentos, privilegiando o convívio social saudável, que proporciona aumento da informação e da qualidade de vida.

A Escola Aberta e a Busca da Paz

Luciane Varela de Oliveira¹

Situada na zona norte de Porto Alegre, há mais ou menos 40 anos, a Vila Dique faz parte de uma região onde o nível de vulnerabilidade social está enraizado na sua história. Inserida neste contexto, está localizada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Migrantes.

Em quarenta anos muita coisa mudou: a comunidade expandiu-se até a estrada Free Way; a escola ganhou novo prédio; o posto de saúde está em melhores condições; algumas famílias se foram e outras chegaram. O saneamento básico, ainda, não está a disposição de todos. A maioria das famílias vive da reciclagem de resíduos, da produção de caixas para uma fábrica, que confecciona caixas de madeira para frutas e legumes, e trabalhos informais. São múltiplas as dificuldades desta comunidade, contribuindo para que sofram, devido a desigualdade e injustiça social existentes.

Exercendo diferentes atividades nesta escola, há onze anos faço parte da trajetória desta comunidade, acreditando na democratização do espaço público. Percebo, claramente, a relação de pertencimento que existe na escola, espaço onde se realizam as reuniões da associação de moradores, palestras do posto de saúde, celebração de Primeira Comunhão e tantas outras atividades comunitárias que ultrapassam o cotidiano escolar.

¹ Professora atuando no AECA da EMEF Migrantes, Graduada em Letras Português/Espanhol e Especialista em Gestão Escolar

Pensando na ressignificação do espaço escolar, em 2005, aderimos, através da Secretaria Municipal de Educação ao projeto *Escola Aberta*, promovido pela UNESCO e Ministério da Educação, no intuito de ser mais uma ação ao enfrentamento e prevenção à violência. Sabemos das necessidades de nossa comunidade, e de como é importante a existência de espaços seguros e apropriados ao lazer, pois, no entorno, não há praças, quadras esportivas ou espaços livres, nem mesmo pátios em suas moradias. Sem lugares adequados, as crianças e adolescentes tornam-se vulneráveis ao trabalho infantil, ou ações relacionadas com a violência.

Com o objetivo preponderante de amenizar a exclusão social, participo, como professora comunitária, dentro do Programa *Escola Aberta*, atuando como uma facilitadora entre as ações a serem desenvolvidas na escola e com os desejos da comunidade, oportunizando o acesso a todos por meios que exercitem a cidadania, estimulem a participação, a solidariedade, o respeito, a socialização, o conhecimento e ampliação dos diversos saberes, dentro de um contexto significativo.

Esta parceria, EMEF Migrantes e Programa *Escola Aberta*, constituem uma das ações preventivas para combater a violência e propiciar a Cultura de Paz, na qual os valores, conhecimentos e vivências dos integrantes da comunidade sejam valorizados.

O projeto *Escola Aberta* se propõe a atender grupos sociais, conforme seus interesses e necessidades, através de oficinas realizadas nos finais de semana. Possibilita que os

jovens atuem como protagonistas destas ações, contribuindo, desse modo, para a valorização de suas potencialidades, socialização de saberes e práticas que ajudem a construir relacionamentos mais democráticos, baseados no respeito mútuo e compreensão das diferenças. Desenvolve habilidades importantes para o futuro, oportunizando também alternativas de geração de renda.

Assim, a escola torna-se um ambiente que amplia momentos aprazíveis de aprendizagem significativa, onde o convívio social, o respeito e o diálogo são passos para amenizarem a desigualdade social e plantar a semente da paz.

A certeza que só a Educação é capaz de transformar a mente.

A cultura da Paz passa necessariamente pela Educação.

Miriam Abromovay

Capítulo III

PROJETO CIDADE ESCOLA

Projeto Cidade Escola - reinventando os tempos e os espaços em educação

*Luci Maciel Comissoli*¹

*Valeska da Silva Brum*²

Num contexto mundial, marcado pela interdependência crescente entre os povos, pressupõe-se que é preciso aprender a viver juntos no planeta. Mas como fazê-lo, se não formos capazes de viver em nossas comunidades naturais de pertinência: nação, região, cidade, bairro, participando da vida em comunidade?

Diante de tantas questões, muitas das quais sem respostas definitivas, há pelo menos uma certeza: a de que as políticas para a educação não podem deixar de se questionar e de se envolver com esses desafios. A necessidade de que a educação trabalhe a formação ética dos alunos está, cada vez, mais evidente. A escola assume um espaço de vivência e de discussão dos referenciais éticos, não uma instância normativa e normatizadora, mas um local social privilegiado de construção dos significados éticos necessários a qualquer ação de cidadania. Promove discussões sobre a dignidade do ser humano, igualdade de direitos, recusa categórica de formas de discriminação e a importância da solidariedade e observância das leis.

Os tempos e espaços da educação devem ser repen-

¹ Coordenadora do Projeto Cidade Escola na SMED e do Arranjo 7

² Coordenadora do Arranjo 4

sados, completar-se e transversalizar-se, de modo que cada indivíduo possa tirar o melhor proveito de um ambiente educativo em constante transformação.

A Escola de Tempo Integral insere-se como uma proposta educativa para as populações, de nossa cidade, que mais precisam de uma escola entendida como Pólo Educativo-Cultural. Seu desafio situa-se na promoção de experimentações, de criação e potencialização de tempos e espaços na Educação Infantil, Fundamental, Especial e EJA, voltados para o fortalecimento de vínculos e convivência entre crianças e adolescentes, aproximando famílias e escolas de suas comunidades.

Percebemos um grande número de jovens, que após o término do seu turno regular de aula, do Ensino Fundamental, ficam circulando no entorno das escolas, criando um *modus vivendi e operandi* que pode nos sinalizar uma nova forma de pensarmos as instituições e a escola. Refletimos em como potencializar as aprendizagens e construções que estes jovens adquirem vivendo com e na comunidade.

Existe uma necessidade de reinventarmos a escola e a cidade para que estas se adaptem e se tornem palco para a diversidade juvenil, que se apresenta em nossas escolas e em seu entorno. Nossos jovens se reinventam, a todo o tempo para viverem em uma cidade que ainda não lhes possibilita real inclusão.

Há a necessidade de conectar o aprender ao sentir, à sensibilidade, trazer o aluno para dentro do ambiente escolar, potencializando suas aprendizagens, convertendo o aluno a

partir de seu desejo em habitante da comunidade e da cidade, até tornar-se realmente parte dela.

A escola, assim, se expande para além de seus muros, modificando o seu interior e o exterior, congregando a comunidade e outras esferas públicas. Esse projeto pretende inserir-se, generosamente, na sociedade. Experimentando novas trocas com diversos segmentos da comunidade e da sociedade em geral, as aprendizagens se operam num diferente modo de ser, pois não está dada como verdade absoluta. Todos os aspectos que embasam a proposta do projeto *Cidade Escola*, têm a necessidade de se reinventar, torcer, ampliar o olhar, criar espaços de escuta e reforçar, conforme os desejos demandados, a educação como arte, cultura, lazer e alegria.

Nestas comunidades, a fragilidade social é marcante; podemos sim construir um conceito de escola aliado à qualidade de ensino, desde que nossas ações estejam em sintonia com os desejos das comunidades e com as mesmas, buscando autoria e protagonismo, gerando renda e uma educação mais qualificada e adequada às necessidades das cidades do nosso tempo.

Acreditamos que assim podemos alargar nosso conceito de educação, construindo novos pactos sociais com as associações comunitárias, organizações não-governamentais, empresas privadas, sindicatos, clubes e poder público local, pretendendo criar, assumidamente, um Pólo Educativo-Cultural na *Cidade Escola*.

Diante dessa conjuntura, há uma expectativa na sociedade brasileira para que a educação se posicione na linha de frente da luta contra as exclusões, contribuindo para a promoção e integração de todos os brasileiros, voltando-se à construção da cidadania, não como meta a ser atingida num futuro distante, mas como prática educativa.

A Secretaria Municipal de Educação (SMED), na cidade de Porto Alegre concretiza, em 2006, sua proposta de Escola em Tempo Integral através do Projeto *Cidade Escola*. O Plano Nacional de Educação (PNE) aponta para a necessidade de ampliação da jornada escolar, o contraturno, oportunizando os mais variados enfoques de aprendizagem, percorrendo, livremente, os temas transversais, desenvolvendo atividades artísticas, culturais, esportivas e de inclusão digital. São esses aspectos um avanço significativo para a democratização dos saberes e a possibilidade de real inclusão social desses alunos.

Entre suas principais características, situa-se a implicação dos cidadãos com o desafio de potencializar sua própria cidade, assim como a permanente perspectiva de um olhar continuado à melhoria das condições de vida desses espaços e equipamentos sociais. Acreditando que os sujeitos aprendem e são educados nos diferentes espaços sociais que freqüentam, propomos, como ação do Projeto, potencializar os espaços no entorno das escolas com a intenção de possibilitar uma maior participação da comunidade nestes processos educacionais.

A *Cidade Escola* insere-se como parte de uma rede, integrada e múltipla, de serviços e de uma política pública que

contemple não só as facilidades e equipamentos sociais da escola, como também se deixe inserir na sociedade. São espaços intensos, pois buscam ampliar e enriquecer os demais espaços com ofertas educativas, ampliando o tempo de aprendizado para obtenção de melhores resultados dos alunos da rede pública. Ao mesmo tempo, qualifica as ações dos alunos e professores em uma cultura potencializadora de direitos sociais, além da promoção e construção da paz cotidiana.

De uma maneira singular, a *Cidade Escola* se constitui como a vivência total da escola e para além dela, para aproveitar e usufruir experiências curriculares oficiais e complementares, garantindo e ampliando uma aprendizagem plena de sentido, implicada, construindo um ensino de qualidade inclusiva para as pessoas envolvidas no processo. Com isso, gera-se autonomia, liberdade, alteridade, criatividade e responsabilidade, nos quais o prazer e o afeto são elementos fundamentais à criação e à construção do conhecimento e permitem a esse aluno uma dimensão crítica e emancipadora.

Desse modo, ao garantir mais tempo de atividades na escola ou no entorno da escola, a *Cidade Escola* busca: reforçar e maximizar o aproveitamento escolar; expandir ações, atividades e ambientes de aprendizagem, ampliando a noção geográfica de escola; ampliar a potência de cada um e de todos, além do sentimento de pertença à família e ao local em tempos e espaços diferenciados; oportunizar alternativas de autonomização e singularização; integrar e potencializar

as ações-iniciativas educativas da cidade em benefício de seus habitantes, ampliando as ações integradas entre diferentes setores/agentes da sociedade e, finalmente, ampliar e potencializar a rede de proteção à criança e ao adolescente.

Os objetivos se materializam em modos de ação pelo uso dos equipamentos sociais da escola e da cidade, que se apóiam no uso de contraturnos, ou turno inverso do aluno na escola, e na oferta de ampliação desses tempos e espaços de aprendizagem. Através de Núcleos de Aprendizagem sugerimos: Núcleo de Letramento: complementação e ampliação de estudos; Núcleos de Arte: enfoques nas diferentes expressões artísticas; Núcleos de Geração de Renda; Núcleo Jovem: espaço de protagonismo e de direitos humanos e sociais de crianças e adolescentes na cidade e com a escola; Núcleo de Esporte.

Essa busca se ancora em vetores que marcam um olhar para a *Cidade Escola*: ampliação de tempos e espaços escolares; apropriação dos espaços da cidade; geração de renda, promoção de protagonismos e abertura as singularidades. A complementação e a ampliação de estudos, através dos Núcleos de Letramento, se operam dentro e fora da escola, com ênfase, principalmente, nos espaços internos e apoiados por facilitadores da aprendizagem; os Núcleos de Arte, dentro e fora da escola, como equipamentos sociais, potencializam em alunos, professores e comunidade a condição de apropriação de ações e espaços artístico-culturais da comunidade e da cidade. Os Núcleos de Esporte trazem a marca das ações esportivas e físicas; os Núcleos de Geração

de Renda, como um princípio educativo, exploram as possibilidades de melhoria da materialidade das condições de vida de cada um e de todos, enfatizando a força do conhecimento nas práticas sócio-educativas; os Núcleos Jovens abrem-se à apropriação e luta por direitos humanos e sociais no mundo contemporâneo.

Ao implantar na Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, o projeto *Cidade Escola*, a SMED expande as possibilidades educativas para as mais variadas comunidades de, nossa cidade. Ao oferecer atendimento em turno integral, focando a qualidade e o avanço da aprendizagem, possibilita a real inclusão desses alunos na cidade, convergindo para a idéia da *Cidade Escola* como agente facilitador da Identidade Comunitária. Permite que cada comunidade mostre suas necessidades, expectativas e características na *Cidade Escola* através dos levantamentos de desejos e necessidades no momento em que cada núcleo se molda de acordo com as demandas. Torna-se, pois, possível que a *Cidade Escola* seja flexível dentro de cada comunidade, e ao mesmo tempo, não perca o foco educativo.

A *Cidade Escola* propõe uma educação de qualidade, que garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, ética e responsabilidade na sociedade em que vivem. Serão, também, capazes de ajudar na construção de um mundo sem discriminação e miséria, tanto material quanto moral.

Projetando imagens, construindo sonhos

Andréa Bongiorno¹

Sou Professora da Rede Municipal de Porto Alegre desde o ano de 1991 e atualmente trabalho no projeto *Cidade Escola*² no Núcleo de Artes Visuais. Quando o Projeto iniciou na Escola Municipal de Ensino Fundamental Neusa Goulart Brizola, logo me interessei em participar pelo desejo de propor uma nova possibilidade dos alunos, como o acesso a outras culturas e meios de expressão, contrapondo a violência das condições de carência em que estar nas ruas lhes envolve. Em uma região onde a carência é extrema e a violência é estampada nos jornais, com muita frequência, não podemos cruzar os braços; é necessário ‘arregaçar’ as mangas e produzir, produzir arte!

O que vamos falar agora é sobre a importância da parceria e o envolvimento nos projetos pessoais e coletivos, ampliando assim seu repertório artístico. É uma entrega que cada um deve ter para produzir seus trabalhos de forma a protagonizarem, no dia a dia, novas histórias de vida. Para falar de entrega, devemos falar de paixão, o que potencializa

¹ Professora de Artes Visuais na EMEF Neusa Goulart Brizola, Professora de Artes do Núcleo de Artes Cidade Escola, Licenciada em Educação Artística.

² Os alunos vêm para a Escola no contra turno e participam dos Núcleos de acordo com o seu interesse, inscrevendo-se em mais de um Núcleo: Artes, Dança, Esportes, Informática enfim a combinação pode ser variada.

o que nos move no dia a dia e nos dá força para ir além.

É fundamental a paixão pelo que faço e a emoção que permeia a relação com meus alunos. Meu trabalho pessoal em gravura, minhas pesquisas referentes a outros artistas fazem parte das constantes trocas de experiências que envolvidas com o sensível, a percepção e a criação.

Segundo o *Novo Dicionário Aurélio*, a palavra protagonista vem do grego *Protagonistés*, o principal lutador, personagem principal de uma peça dramática, pessoa que desempenha, ou ocupa o primeiro lugar em um acontecimento.

No Núcleo de Artes, todos são bravos lutadores, onde cada um é o personagem principal atuando em um palco repleto de novas experiências e trocando, no dia a dia, conhecimentos, são jovens com muitas questões, desejos e sonhos, transpondo para o papel suas emoções, histórias e verdades, algumas vezes com dúvidas e incertezas. Em alguns momentos, tenho a sensação de que não estou em uma sala de aula, mas parece uma grande terapia, um grupo que se encontra sempre no mesmo dia da semana, conta suas novidades, divide problemas, ri, brinca, trabalha, estuda e o fazem assim, há dois anos. Alguns saem, outros entram no grupo, mas têm aqueles que permanecem há mais tempo.

Em um mundo de parcerias e cumplicidades, onde ninguém atua sozinho, é necessário o companheirismo, pois a linguagem que trabalhamos é a gravura e exige essa relação direta de ajuda, e temos que 'vestir a camiseta'. E, por falar

em camiseta, em 2007, 120 foram gravadas, uma a uma, com um simples disco de isopor, usado como matriz e atualmente, cada Núcleo passou a ter a sua camiseta.

Em 2006, participamos com mostra de trabalho de alunos nas *Conversações Internacionais: paisagens da Educação: Varal de imagens* (gravuras em camisetas), Painéis em TNT (gravuras). Foram as primeiras camisetas gravadas em isopor e o sucesso foi tão grande que as pessoas queriam comprar as camisetas do varal. Acho de extrema importância a possibilidade da divulgação, através de espaços como *Escola Faz Arte*, para que os alunos possam ter o seu trabalho reconhecido e valorizado, por mais difícil que possa ser, sempre participo, levando trabalhos da Escola.

Em sala de aula, são dois os meios que utilizamos para trabalhar a gravura: através do disco de isopor, ou da madeira (xilogravura). Para os alunos que estão iniciando o processo da gravura, o isopor é uma matriz diferenciada que permite diversas explorações. No corte da madeira, em cada lasca que a goiva mais ou menos afiada os desafia, é que a imagem surge, muitas vezes, diferente da projetada no papel, que tudo aceita. O desafio da madeira é outro, e, para alguns, bem mais difícil, mas é necessário saber os limites que o material nos impõe. Sabemos, também, que nem sempre temos o domínio total num processo de gravura sobre a impressão. No processo da impressão temos muitas surpresas e realizamos algo bastante rudimentar, quase artesanal, sem prensa, tanto para o isopor quanto para a madeira.

Segundo Maria Bonomi (2000)³: A gravura é a minha verdade. Eu não saberia dizer nada que não fosse através da gravura, é onde eu acho que se pode falar do essencial.

É uma total entrega em planos pessoais, e cada um já possui o seu próprio estilo, o seu traço, a assinatura que marca o seu trabalho, construído ao longo desses dois anos no Núcleo de Artes do projeto *Cidade Escola*. As marcas da gravura são fundamentais para que sua imagem possa surgir e mostrar suas histórias, tão guardadas em um pedaço de papel. É esse o diferencial, a participação e co-participação em obras diferenciadas que os unem, momentos em que projetos coletivos se fazem necessários.

Ao recebermos a proposta de ilustrar a capa dessa publicação, devido ao interesse por outro trabalho desenvolvido pelo grupo, sentimos imensa satisfação. No início, os alunos não estavam acreditando muito, como se diz 'a ficha demorou a cair' e o tempo que tínhamos para realizar o trabalho era pouco. Logo a seguir, no entanto, o grupo se envolveu com a proposta. É o reconhecimento e a valorização de que a ação social em trabalhar com Arte pode promover, fazendo a diferença em projetos como o projeto *Cidade Escola*.

³ DVD Gravuras de Maria Bonomi / Arte na Escola Ano 2000 fala extraída no final do documentário.

Segundo Cecília Almeida Salles (2004), em toda prática criadora há fios condutores relacionados à produção de uma obra específica que, por sua vez, atam a obra daquele criador, como um todo. São princípios envoltos pela aura da singularidade do artista; estamos, por-tanto, no campo da unicidade de cada indivíduo. São gostos e crenças que regem o seu modo de ação: um projeto pessoas, singular e único.

Acredito que, através da Arte, podemos desenvolver ações nas Escolas capazes de envolver os alunos em projetos de Cidadania, Cultura de Paz e Protagonismo Juvenil, pois o campo das artes é transdisciplinar, e não há uma só área do conhecimento que não perpassa pelas Artes.

Na micropolítica do Núcleo de Artes do projeto *Cidade Escola* da EMEF Neusa Brizola, percebo reverberações para além dele, que se multiplicam, através de nossos alunos.

Propiciar espaço e tempo produtores de singularidades, em que a auto-estima do aluno se eleva ao perceber-se capaz de produzir arte com qualidade e saber que ela pode ser veiculada e valorizada, além das fronteiras da Escola, é fundamental para que esse jovem comece a acreditar que é possível sonhar, ampliando sua visão do Mundo.

Referências

BONOMI, Maria. **DVD Gravuras**. Instituto Arte na Escola Fundação, 2000.

SALLES, Cecília de Almeida. **Gesto Inacabado**: processo de criação artística. São Paulo. FAPESP: Annablume, 2004.

Depoimentos dos alunos da EMEF Neusa Goulart Brizola sobre o projeto *Cidade Escola*¹

“Eu me inscrevi no Núcleo de Artes, porque em artes eu consigo soltar a minha imaginação e faço desenhos incríveis. Eu penso que é mais interessante participar deste projeto porque suas gravuras chamam muita a atenção por suas cores e suas elegâncias. Acho muito importante estar no Núcleo de Artes porque a arte mostra linguagens que só quem gosta de arte pode traduzir ou desvendar. Para alguns, é o começo de uma vida, ou para alguns é a vida toda. Por exemplo, pra mim, é o começo de uma vida, porque eu estou aprendendo coisas que eu nunca imaginava fazer, para mim a melhor coisa em arte em que eu mais me interessei foi a xilogravura. A arte muda a minha vida e a vida de meus colegas de sala de aula, porque todos convivemos com a criminalidade das ruas e não gostamos, mas na arte nós todos conseguimos esquecer que isso existe e conseguimos passar exemplos para muitas pessoas através da arte e de seus trabalhos, desenhos gravuras, tudo isso é bom exemplo para quem quer ter uma vida boa e longa ou quer aprender e ser alguém no futuro”. (John Lenon Silva Fiúza, 16 anos, Turma: C11).

“Foi muito legal estar participando de um projeto em que poderia estar o meu trabalho e de meus colegas. O que

¹ sob orientação da professora Andréa Bongiorno

importa é estar participando, não ser o escolhido, mas se não conseguirmos na 1ª vez ou na 2ª, sempre teremos a oportunidade de vencer uma vez. Temos que nos esforçar bastante para conseguir o que queremos. Estar no Núcleo de Artes é importante porque aprendemos muitas coisas novas. Quando eu entrei no Núcleo, nem imaginava que as coisas que não utilizamos e colocamos fora, como o isopor e a madeira, poderiam fazer muitas coisas como o desenho; depois; que eu fui aprendendo, fui para um Núcleo, melhor que tinha mais especialidade, e fui aprendendo outras coisas com os meus colegas e a professora Andréa. Não é só o Núcleo que é legal, a professora também, se eu pudesse ficaria ,só no Núcleo de Artes, mas tudo isso que eu aprendi aqui devo à professora Andréa. A arte mudou muito a minha vida e eu sou conhecida pelo meu trabalho”. (Daniele Lins da Silva, 12 anos, Turma: B31)

Capítulo IV

MAIS TRAJETÓRIAS

O educador para a paz - a resolução e prevenção de conflitos por meio da auto-expressão

Sandra Elisabete Porto da Silva¹

Nos últimos anos, a violência tem sido experimentada, também, como um problema educacional. Na busca de soluções, dedicamos muito do nosso tempo e atenção escolar à preocupação com as possíveis conseqüências e com os prejuízos daí decorrentes na aprendizagem. Talvez, as políticas públicas não nos permitam um enfrentamento eficaz da questão. Resta-nos, então, buscar nossas próprias experiências e tentativas, muitas vezes intuitivas, através da implantação de projetos e oficinas.

Trilhar este caminho da busca de alternativas no combate à violência, em meio escolar, liberta-nos de todo e qualquer fatalismo ou sentimento de impotência. Refletir séria e profundamente sobre a temática passa a ser uma boa opção pela qual vale à pena aventurar-se. Há muito estas questões me angustiam e procuro soluções para minhas inquietudes diárias, através de embasamentos teóricos e experimentações.

O educador, hoje, vive a crise do cotidiano, emaranhado no desafio de educar num contexto de muitas carências, atendendo alunos, culturalmente, e, estruturalmente, violentos, que aprenderam na família e no círculo

¹ Professora da EMEF Campos do Cristal, Formação acadêmica em Licenciatura Plena em educação Artística e Especialização em educação para Paz

social a interagirem de forma agressiva. Não costumam ser ouvidos e nem falar sobre seus sentimentos e pensamentos com os adultos. A escola passa a ser o principal referencial para que exercitem suas competências comunicativas, por isso a importância de explorar a riqueza nas diversas formas de auto-expressão.

Normalmente, em uma escola, compete ao Serviço de Orientação Educacional atender os conflitos e as suas resoluções violentas, utilizando-se da mediação como sistema de intervenção e busca de soluções para estas desavenças, o que segundo Vinyamata (2005), ameniza, porém não resolve. Ora, se nosso aluno não foi exercitado a falar de seus sentimentos, como esperar que falem sobre o conflito, em que está envolvido, com verdade e clareza, sem tempo para refletir sobre sua ação?

Quando falamos em resolução de conflitos, devemos refletir sobre a importância e buscar as causas dos mesmos: "...se não formos às causas, a violência voltará a se apresentar." (JARES, 2002, p.135). Devemos ir além da mediação, seguidas de pedido de desculpas e estabelecimento de acordos, esquecidos tão logo os envolvidos deixem a sala. Precisamos de mais: precisamos encontrar as causas, para sabermos as condutas a serem seguidas.

O que proponho é a utilização da auto-expressão como meio de autoconhecimento, através das diversas manifestações artísticas (desenho, escultura, pintura, música, poemas, produção textual). Precisamos oferecer ao aluno uma nova forma de falar sobre o conflito por um caminho mais seguro,

onde poderá se expor, através de personagens, da fantasia, da imaginação sem medo ou auto-repressão, dando-lhe tempo para refletir sobre sua ação.

Aplicamos este projeto na escola no ano de 2006, e percebemos seus resultados até hoje. Sempre que tínhamos uma ocorrência grave de agressão física, encaminhávamos os envolvidos para uma sala com o mediador. É importante, neste momento, que o mediador não expresse seus sentimentos. Ele deve manter-se isento, imparcial, evitando comentários, juízos de valor, recriminações. Deve utilizar um tom de voz baixo, tranqüilo, porém firme e sério. É proposta a execução de uma atividade (escultura, desenho, carta, poema, leitura) sobre o fato. São levados a responder, através deste trabalho a questionamentos sobre sua ação, utilizando-se da “Mensagem eu” - DREW (1990).

- “O que aconteceu?”

- “O que eu fiz?”

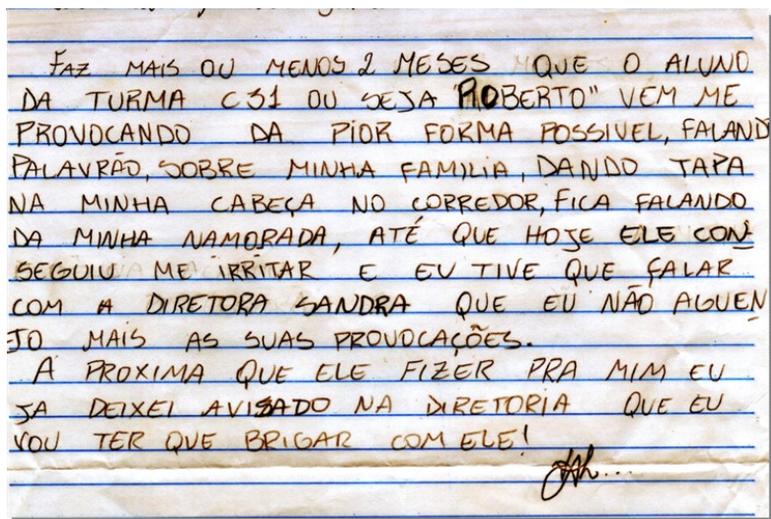
- “O que eu senti?”

- “O que eu deveria ter feito?”

- “Como imagino o que o outro sentiu?”

Cada um expõe seu trabalho para apreciação e fala sobre ele, no lugar de falar sobre sua ação, sobre o seu erro. O mediador somente encaminhará a atividade, questionando e estimulando a auto-expressão, propondo acordo e reconciliação que deverá surgir das partes. É marcada nova data para o retorno e manutenção dos acordos, sem serem chamados pelo mediador, testando sua responsabilidade.

Somente no final, o mediador manifesta-se reforçando alguns valores e um acordo, desta vez entre a escola e os alunos. Reforça que, nesta escola, não existe espaço para agressões de nenhum tipo: verbal ou física. Enfatiza que cada um deve ter o compromisso de buscar ajuda, quando sentir que não conseguirá resolver o conflito, pacificamente, sozinho e que a escola sempre estará pronta para recebê-lo e ouvi-lo. Não preciso dizer que a escola deverá, portanto, estar aberta para isto. É essencial a manutenção da credibilidade e do respeito pelo que é dito através das nossas ações.



Faz mais ou menos 2 meses que o aluno da turma C31 ou seja "ROBERTO" vem me provocando da pior forma possível, falando palavrão, sobre minha família, dando tapa na minha cabeça no corredor, fica falando da minha namorada, até que hoje ele conseguiu me irritar e eu tive que falar com a diretora SANDRA que eu não aguento mais as suas provocações. A próxima que ele fizer pra mim eu já deixei avisado na diretoria que eu vou ter que brigar com ele!

[Assinatura]

Aplicamos com estes alunos uma estratégia de Resolução não-violenta de Conflito de DREW "Processo Vitória/Vitória". Concluímos o ano sem nenhuma agressão física nas referidas turmas, como podem observar na tabela

de total anual de atendimento do Serviço de Orientação Educacional (SOE). Estamos, desde a implantação do Projeto, sem nenhum encaminhamento para a Delegacia da Criança e do Adolescente, e os números tabulados de ocorrências com agressões físicas são cada vez menores, comprovados nas tabelas abaixo:

CONFLITOS ENVOLVENDO AGRESSÕES FÍSICAS 2006

MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
08	15	14	09	06
AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
04	06	04	04	00

TOTAL ANUAL DE ATENDIMENTOS

DO SOE 2006 - I CICLO

JB	A11	A12	A13	A21	A22	A23	A24	A31	A32	AT
03	05	04	06	09	08	07	03	11	20	11*

*Nenhuma agressão física

II CICLO

B11	B12	B21	B22	BT	B31	B32
07	34*	45	43	49	39	30

*Apenas uma agressão física

CICLO III

C11	C12	C21	C22	C31
13	22	25*	39*	31*

*Nenhuma agressão física

A partir dos relatos dos alunos, relacionamos como agressões físicas: tapas, socos, puxões de cabelo, pontapés, arranhões, tapas no rosto, enforcamento (gravata), apedrejar, rasteira (tesoura), arremesso de objetos (ex: cadeira) e cotoveladas.

Vivemos a crise do cotidiano, todos os nossos valores estão sendo questionados: família, casamento, religião, ideologias, crenças. Não sabemos lidar com as constantes transformações e mudanças. O homem isola-se, cada vez mais, apesar da globalização, perdendo a força do grupo, da interação, da integração e da reivindicação.

Presenciamos conflitos sociais, estruturais e existenciais, convivemos com as guerras, como se não fossem reais, vivemos as guerrilhas urbanas e tornamo-nos reféns delas encarcerados em nossas casas. Pensar a paz tornou-se, então, essencial e, bem como buscar estratégias para implantá-la. Cada vez mais, trabalhar em educação torna-se um enorme desafio e requer uma nova postura diante da vida, se quisermos ter sucesso. As instituições educacionais também vivem esta crise. Formamos educadores para uma escola e alunos que não existem. Sofremos, verdadeiramente, com o nosso insucesso e impotência diante da realidade violenta e hostil. O grande desafio do trabalho da escola hoje vai além dos conteúdos e metodologias. O grande desafio é trabalhar as relações, é agregar, incluir, agrupar, somar. É não só formar alunos com conhecimentos técnicos e teóricos, mas capazes de integrar-se aos diversos grupos sociais com inteligência emocional para lidar com os conflitos.

É preciso pensar ações que busquem a resolução não-violenta de conflitos, conhecedores de que esta busca deva começar dentro de cada um, estendendo-se a nossa prática diária, exercitando-a em nosso dia a dia. Deve começar nas coisas mais simples e pequenas, depois se estender à família, à vizinhança, ao trabalho. Precisamos exercitar ações pacificadoras, abandonando o individualismo e adotando uma atitude cooperativa e solidária. Precisamos aprender a trabalhar com a ambigüidade e, entendendo a diferença, como um valor, um enriquecimento. Só entendo falar de paz, em atitude de paz, de forma tranqüila, firme, segura e verdadeira, com respeito, tolerância e cordialidade. Precisamos estar vigilantes, constantemente refletindo e analisando nossas práticas.

Nos meus estudos de paz, um dos primeiros desafios foi repensar o ser humano na sua essência. Sempre pensei no homem como um ser que nasce pronto, perfeito, essencialmente bom e, na medida em que vive, sofre influências negativas. Sei que este pensamento está fundamentado na educação religiosa. Somos imagem e semelhança de Deus, então nascemos perfeitos e bons.

Desconhecia que o ser torna-se humano a partir de sua vivência e que, portanto, a violência e a paz são aprendidas. Isso redimensionou o valor da educação para mim. Pensar a educação como meio eficaz de reproduzir, através da imitação e do exemplo, ações positivas e pacificadoras é confortador e otimista. “Precisamos exercitar o sonho de um mundo de paz, pois só consigo fazer o que antevejo...” (Guimarães, 2005, p.90). Entendo que o educador para a paz necessita exercitar-se

como um ser autocrítico, questionador do mundo, dos seus valores, conceitos e preconceitos. Um ser que busca o autoconhecimento e que tenha capacidade de entender-se e entender a sociedade, sem juízos de valor. É também um ser que busca, não só entender o contexto social em que vive e interage, mas que promove ações para transformá-lo em busca da paz. Um agente ativo, dinâmico, detentor de fé, não aquele contemplativo, que espera dos céus o milagre, messiânico, mas segundo Guimarães, aquele que acredita, que busca a mudança, que anseia pelo sonho coletivo de um mundo mais justo e igual na beleza incomensurável da diferença e da diversidade.

O Educador para a Paz deve ter clara a sua importância no processo de construção de seres mais humanos, que acreditem nos valores que privilegiem a vida e a dignidade humanas nas relações de convivência. Deve-se permitir acreditar, sonhar e esperar... Ter os olhos abertos ao novo, um olhar atento à realidade do aluno e ter a humildade de aprender com ele.

Acredito numa educação voltada para a paz, que sonhe, que anseie, que ambicione este bem maior. Acredito na escola como meio fomentador da paz. Acredito, sobretudo, na força do trabalho cooperativo, que quer e busca o caminho da crescente humanização da vida. Sonho e anseio por um país em que as crianças venham à escola com fome de saber e não de alimento. Sonho e anseio por uma escola que não necessite servir merendas ou refeições, simplesmente, porque seus alunos trazem seus próprios lanches, adquiridos com o

trabalho digno e honesto de suas famílias. Sonho com o direito de viver de Sófocles, ou os direitos naturais de Santo Tomás de Aquino. Sonho com um homem livre, igual na diferença, cidadão, sensível e autor da sua própria história.

Portanto, como educadores, devemos perseguir a manutenção da justiça como um valor intrínseco do ser humano, tanto como o direito à dignidade e à vida. O direito de não ter medo do outro, de amar incondicionalmente. O direito de ser feliz. O direito de ter esperança, de acreditar que podemos nos tornar mais humanos a cada dia. O direito à paz.

Espero que as nossas ações sejam de otimismo e esperança. Sabemos que o passado nos vem com gosto de irreparável. Sabemos da impossibilidade de transformá-lo, porém é necessário saber que sempre há a possibilidade de mudar o que está por vir. E isto deve acalentar e confortar nossos corações. É preciso saber olhar o horizonte e as estrelas e, então, esperar pelo amanhã, sempre novo e surpreendente...

Referências

VINYAMATA, Eduard (org), **Aprender a partir do conflito: conflitolgia e educação**. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Educação para paz: sentidos e dilemas**. Caxias do Sul: Educus, 2005.

JARES, Xesús R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática**. Tradução Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DREW, Naomi. **A paz também se aprende.** Tradução de Sílvia Cerqueira Leite. São Paulo: Gaia, 1990.

Despertando a esperança, discutindo valores entre a ficção e a realidade

Daniela Araújo¹

O presente artigo investiga os discursos de alunos do ensino fundamental, do terceiro ciclo de uma escola municipal de Porto Alegre sobre violência, escritos sobre um filme brasileiro, que destaca tal tema mostrando o conflito do tráfico com a polícia brasileira, no morro da cidade do Rio de Janeiro. São analisadas as seqüências discursivas sobre a violência do tráfico e da polícia, tanto na ficção quanto nas produções dos alunos, verificando semelhanças e diferenças entre os dois discursos, a fim de identificar a formação discursiva com as quais os alunos se identificam e a partir da qual fazem suas produções textuais.

O filme *Tropa de Elite*, do diretor José Padilha, ano 2007, mostra uma solução polêmica - o uso da força - para o fim da violência; extrapolou as telas dos cinemas, provocando uma discussão entre os espectadores sobre o tema. Uns defenderam que o filme e o *herói* apresentados serviam de catarse para a sociedade; outros, envolvidos pela campanha pela Paz, acreditaram que o filme era fascista, ao incentivar a violência como solução, o que se considera condenável, pois contraria os Direitos Humanos.

¹ Professora da EMEF Deputado Victor Issler, Mestre em Lingüística Aplicada (PUCRS), Especialista em Estudos Lingüísticos do Texto (UFRGS), Especialista em Leitura e Produção Textual (UNILASSALE).

Poderíamos seguir citando várias leituras da mídia sobre o filme e sobre violência, mas optamos por analisar o que os alunos da Escola Municipal Deputado Victor Issler pensam sobre tudo isso, já que tal filme trouxe uma inquietude para sala de aula, porque, justamente na sua época de sucesso, a escola vivia um momento tenso, pois havia ‘guerra do tráfico’. As mães buscavam os filhos mais cedo do que o horário regular, pois tinham medo dos tiroteios que perduravam por horas. Tal ansiedade foi percebida na sala de aula, afetando, inclusive, o desempenho dos alunos nas tarefas solicitadas. Acreditamos que a única forma de trabalhar com as questões de violência mostradas no filme e encaradas pelos alunos, em sua realidade, era conversar sobre o assunto para liberar esse medo contido.

Decidimos assistir o filme citado para provocar tal debate. Foi solicitado à turma, num primeiro momento, após a exibição da obra, um texto sobre esta, comparando-a com a vida cotidiana de cada um. Este texto foi feito sem discussão prévia para não influenciar na escrita. Assim, foram analisadas algumas seqüências discursivas das produções textuais, para a elaboração, a partir disso, de uma metodologia de trabalho, em sala de aula. Entendemos que há no filme e nos textos dos alunos uma postura política, ideológica e social do sujeito produtor do discurso, por isso, optamos por trabalhar com a teoria de Análise do Discurso, de linha francesa, (AD), que entende a leitura e a escrita como gestos interpretativos a partir de uma identificação ideológica. Então, faremos, na primeira parte deste estudo, um breve panorama teórico sobre a AD, com os conceitos que servem de norte

para o trabalho, para, na segunda, apresentarmos algumas seqüências discursivas do filme e dos textos dos alunos, verificando qual formação discursiva predomina, para, assim, explorar o tema na sala de aula. Por fim, são feitas algumas considerações sobre o estudo feito.

A Análise do Discurso (AD) é apresentada no fim dos anos 60, por Michael Pêcheux, que passa a entender a linguagem enquanto produção social, na qual o sujeito deixa de ser o centro e origem do seu discurso, para fazer parte de uma construção polifônica, de um lugar de significação historicamente constituído. De acordo com Pêcheux (1993)², discurso é uma prática social, que interpreta uma situação do mundo e se materializa em palavras, na língua, através da dispersão de textos, envolvendo um sujeito interpelado pela ideologia, constituído pelo contexto em que está inserido, pelas suas condições de produção. Ideologia, língua e sujeito se entrelaçam, constituindo o discurso em AD.

Outro conceito fundamental em AD é o de formação ideológica (FI). Para Pêcheux (1993), FI é um conjunto complexo de atitudes e representações que vivem em relações entre os sujeitos, sendo atravessado por diferentes ideologias (religiosa, política). A manifestação, no discurso, de uma determinada formação ideológica é o que chamamos de formação discursiva (FD), aquilo que numa formação ideológica dada (posição dada, conjuntura, situação), determina o que pode e o que não pode ser dito.

²Data da edição brasileira. O texto original é de 1969, intitulado *L'Analyse automatique du discours*.

Entendendo os conceitos que servem de norte para este trabalho, seguimos com as seqüências discursivas selecionadas para análise. O corpus deste trabalho é constituído por análises das seqüências discursivas (SD) selecionadas do filme *Tropa de Elite* (TE) e das seqüências discursivas escolhidas dos textos de alunos de terceiro ciclo, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Victor Issler. Ambos apontam para a mesma formação discursiva: a violência é um método justo para combater o crime, pois atinge os bandidos, mesmo que atinja também inocentes (violência aqui é entendida como uso de força bruta, tortura psicológica ou física e/ou uso de armas).

O que percebemos é que, mesmo considerando a violência um método justo para o fim do crime, os alunos mostram preocupação com os que consideram vítimas, inocentes. Há uma forte posição, que aponta os moradores da comunidade, cercada pela 'guerra do tráfico' como vítimas, considerando isso uma injustiça, o que nos levaria a pensar na violência como um método injusto. Porém, não há, nas SDs selecionadas, outra solução que seja diferente do uso da violência.

No filme T.E, há o bandido que é o que não segue a lei, que 'não tem moral', e há o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) para puni-los, utilizando métodos violentos para combater a violência. Vejamos algumas SDs que mostram tal posição:

SD03: (...) BOPE parece uma seita, mas é assim mesmo que tem que ser. Os homens são tratados na base da 'porrada'.

Para entrar aqui o cara tem que provar que agüenta pressão. Nem o exército de Israel tem o treinamento como o da gente (...) - narrador.

Seita é relacionada com seguidores, rituais. Trechos como 'na base da porrada' e 'agüentar pressão' mostram que há um esquecimento de que estes aspectos não são positivos. Esse esquecimento também aparece ao se referir ao estado de Israel, porque se esquece que lá há uma violência forte, há guerra e morte. O uso de 'exército de Israel' aqui é sobreposto à noção dessa negatividade da guerra, tratando-o como positivo e servindo de parâmetro para o 'exército' do BOPE (já que se compara a situação da cidade do Rio de Janeiro à guerra). É mérito do BOPE ser melhor do que o exército de Israel. Isso, novamente, é evidenciado quando é dito:

SD04: Na segunda fase do curso a gente ensina a matar com eficiência e dignidade e, 'pode acreditar', isso é possível... Policiais do BOPE não entram em favela atirando, entram com estratégia. Homem com farda preta entra para matar, nunca para morrer... O símbolo do BOPE deixa claro o que acontece com quem entra na favela, e nossa farda não é azul, é preta - narrador.

O discurso, que diz que a morte é violenta, é sufocado pela fala de que se pode matar com dignidade e eficiência e é reforçado, esse silêncio, com o uso de 'pode acreditar, isso é possível' (sabe-se que isso, no fundo, não é possível). O fato de entrar matando e nunca morrer parece mérito e fortalece o BOPE.

A repercussão sobre o posicionamento apontado no

filme, no papel do narrador, em relação à violência, foi de polêmico debate, conforme já afirmado anteriormente. Este efeito também ocorreu depois da produção textual dos alunos. Discutimos valores como honestidade, ética, respeito e responsabilidade, em contraponto com a violência do filme e da realidade. As produções dos alunos apontaram identificação com a posição do filme, e isso foi o que nos preocupou, ou seja, a idéia de que a única esperança para o fim da violência seja ela mesma. A escola, onde os sujeitos das SDs analisadas estudam, está inserida em um contexto com momentos de intensa violência. O tráfico de drogas parece comandar a região e alguns alunos da escola, com faixa etária entre 12 e 17 anos (idade dos produtores dos textos aqui mostrados), enxergam neste a possibilidade de comprarem o que desejam, de terem o ténis da propaganda, de terem dinheiro de forma rápida.

Em contrapartida, há outros que pensam ao contrário sobre o tráfico, considerando-se vítimas deste, por terem perdido familiares por abuso de drogas ou para a violência, têm medo de onde moram, pois não há sossego. Todos os alunos, no entanto, tiveram o mesmo discurso: violência se combate com violência. Então, há a identificação com a formação discursiva presente no discurso do filme: a violência é um método justo para combater o crime, pois atinge o bandido, mesmo que atinja também as vítimas. Dentro dessa identificação, conseguimos perceber em todos os discursos uma preocupação com uma personagem não explorada em T. E: o pobre, que, mesmo não sendo bandido, é rotulado como tal, ou seja, quando se fala em morro, logo se mobilizam

conceitos como o favelado, o assaltante, o criminoso, o traficante, o pedinte, o maloqueiro, o marginal. São essas designações para o morador do morro e são essas que descrevem o sujeito dos textos aqui mostrados. O debate feito evidenciou que isso os incomoda muito. O que causa desconforto aos alunos não é só o fato do desfavorecimento econômico e de viver com medo, mas de serem rotulados e discriminados. Observamos então algumas SDs selecionadas de seus textos, que mostram o que pensam sobre a violência:

SD1: os traficantes entram em guerra contra os das favelas mesmo... Traficantes poderiam mudar enquanto podem e ser melhor trabalhando - texto 2.

SD2: o que 'leva' a violência é o tráfico - texto 3.

SD3: no Brasil há muita gente que passa perigo morando em bairros que o tráfico toma conta de crianças que não estuda e vão se 'juntar' com traficantes que pagam para eles venderem maconha, pó e outros tipos de, mas saúde. Tem guris com 11 anos que até já matou e eles são pagos para ficar nas esquinas com uma arma e eles começam a se 'achar o máximo' e acham que eles são homens - texto 18.

As SDs descritas mostram que o tráfico é o causador da violência enfrentada no cotidiano. Os traficantes são retratados como poderosos, que causam medo na sociedade. Há uma relação forte do poder do tráfico com o poder econômico, já que gera dinheiro, e com o poder do status, pois a arma simboliza poder. É relevante destacar que mais de um sujeito relacionou a venda de drogas à criança, o que numa memória discursiva remete à inocência, à brincadeira.

SD4: a violência é muito ruim no Brasil há muito

tiroteio, traficante querendo roubar 'boca de tráfico'... Onde eu moro a violência é 'direta', um morto aqui, aquele tiroteio ali, um 'quebra pau' ali na outra quadra... Quando ocorre um tiroteio, pode contar que é briga por 'boca de tráfico', ou se não um está vendendo mais que outro... Na real os traficantes querem dominar o mundo - texto 50.

É concedido o poder ao traficante, afirmando que ele quer dominar o mundo, mas que ainda não o domina pelo uso do termo 'querem'. A violência é banalizada, pois a qualquer instante tem sua ocorrência e geralmente o motivo é a disputa pelo tráfico, pela arrecadação do dinheiro.

SD5: aqui no bairro onde está a escola é raro a polícia entrar, eu acho que é medo... Como eu conheço alguns dos caras que ficam nessa função desde pequeno... Não é fácil ver amigos se 'atirar' na vida do crime... Ninguém morre de graça - texto 51.

A escola simboliza lugar de paz, por isso é citada. O interessante é que o sujeito mostra que não há muito conflito no bairro, porque a polícia não entra neste, talvez por medo, ou seja, o traficante tem mais poder. Há um implícito indicando que a morte é justa no crime, 'ninguém morre de graça'; carrega um conformismo com a situação, houve um motivo para morte, embora se sinta dor.

SD6: também têm meninos que tem tudo, mas entram para o crime pelas drogas... No país existem muitas pessoas que só pensam em "marca" de roupa - texto 28.

O dinheiro e a ostentação são condenáveis, pois podem gerar violência. É pela busca de marcas de roupas, que

promovem status social na sociedade, que meninos (idéia de inocência embutida) entram no ‘mundo’ das drogas e do tráfico. Mesmo achando isso, todos os alunos, no debate, mostraram querer possuir o que os ricos têm.

Os discursos dos alunos mostram que reprimir o crime e a violência constitui uma forma justa, pois atinge o bandido. As SDs a seguir mostram um funcionamento discursivo sobre isso de modo mais evidente:

SD13: a minha opinião é que o BOPE deve continuar com esses treinamentos que são ótimos para enfrentar traficantes e acabar com as drogas - texto 4.

O uso do termo ‘deve continuar’ na sentença, prolonga a ação do BOPE e o uso do adjetivo ‘ótimo’, o qualifica como eficiente, no enfrentamento com os traficantes.

SD14: o filme da tropa de elite até “dá” para comparar com a vila Mario Quintana porque nos dois tem a mesma coisa, violência, tráfico, mas só tem uma coisa os policiais da tropa de elite são muitos rígidos e eles vão atrás dos traficantes entram nas bocas mais perigosa sem ter medo apenas cumprir com a obrigação deles, e já aqui eles não passam do lado dos traficantes e não fazem nada, nem paredão dão...na tropa de elite...porém o que é ruim é que eles matam deviam deixar apodrecer na cadeia - texto 9.

O filme é comparado à situação real do sujeito do texto, porém logo é realizada a oposição com o uso do conector. Há uma comparação do BOPE com a polícia local, colocando esta como a que não enfrenta os traficantes. Interessante é notar que se sugerem outras medidas, como fazer ‘paredão’

(revistar os suspeitos).

SD 15: há também gente de bem pretendendo apenas fazer o seu trabalho. Pessoas têm medo da policia, pois em “blits” às vezes são espancadas, às vezes por ser pobre são maltratados – texto 1.

SD 16: acho errado a polícia chegar matando todo mundo para depois saber quem é traficante - texto 7.

SD 17: enquanto tem pessoas inocentes presas, os bandidos perigosos estão por aí-texto 20.

A utilização da expressão ‘também’ na SD 15 serve para incluir no mesmo meio do bandido a ‘gente de bem’, conceito de quem faz o bem, de acordo com os critérios da sociedade. As pessoas têm medo da policia, pois são tratadas como bandidas, sendo espancadas e maltratadas. Os alunos, no debate, afirmaram que a policia é violenta, não por tentar combater o crime, mas por punir quem é inocente, não se preocupando com este. Deve-se usar a violência, mas somente com quem merece, segundo o debate. Os alunos separam quem é traficante de quem é morador da favela, mostrando que não é a mesma coisa, como parece presente num discurso externo. O tráfico tem poder e causa perigo a quem mora no local, como reforçam as sentenças seguintes:

SD18: o tiroteio no bairro Mario Quintana... Começou intensamente com os bandidos... Depois os policiais... Os bandidos foram para baixo da minha casa... Além disso, deram um tiro no meu cachorro – texto 36.

SD 19: os traficantes “davam” hora para entrarmos em

casa por que “ia dar” tiroteio... O tiroteio começa bem mais cedo e todo pessoal tinha que “largar” correndo para dentro de casa por que se não tomava uma rajada no meio da cara-texto 52.

SD 20: as pessoas que “nem tem nada a ver” com isso sofrem bastante. Arriscam suas vidas morando nos “morros”. Tiros para tudo que é lado sem ter para onde fugir. Seus filhos morrendo dentro de suas próprias casas- texto 55.

O debate feito, após a produção textual, foi produtivo, pois os alunos perceberam que o que lhes causava medo era justamente o que eles estavam propondo para acabar com o crime: o uso da violência. Então, sugerimos uma atividade: que os alunos apontassem as conseqüências do uso da violência no combate ao crime, remetendo à situação de medo vivenciada por eles no momento, justamente por isso. Com isso, refletimos sobre soluções pacíficas para a superação dos crimes, como medidas sócio-educativas para adolescentes. Sugeriram que as pessoas, cumprindo privação de liberdade, tivessem oportunidade de estudar e trabalhar dentro das penitenciárias, num ambiente melhor, organizado e limpo.

Porém, o que mais foi percebido no debate é que, antes de solucionar o crime, é preciso prevenir. Foi citada a valorização da escola: todos consideraram a Educação como fundamental para melhoria de vida, apontando o ambiente escolar como um lugar de interação positiva, de novas visões de mundo, novas perspectivas. Os alunos propuseram a criação de oficinas para os adolescentes em escolas ou centros comunitários. E, mais interessante do que isso: a partir daí,

outras questões surgiram. Estudamos sobre o que é justiça pela legislação e na opinião deles - incluindo o que consideram justo e injusto na Escola, propondo soluções, no caso das injustiças, como as regras de boa convivência. Refletimos sobre o mal que o consumo de droga ilícita causa, e, a partir disso, exploramos o tema saúde, abordando questões como bem-estar, esportes, música, enfim, o trabalho caminhou para o lado oposto do tema violência, despertando esperança nos alunos.

O que percebemos, com as análises feitas, é que há uma formação ideológica de que há o crime e é preciso combatê-lo. Ninguém quer viver com o medo de ser assaltado ou morto. O filme e as produções textuais, sobre o tema, mostram uma identificação com a formação discursiva para a qual a violência é um método justo para combater o crime. Mas, com o debate feito após a escrita, os alunos refletiram as conseqüências do uso desta e sugeriram outras formas de combate ao crime, aliás, antes disso, de prevenção deste, valorizando a escola.

Este posicionamento surge em um bom momento na nossa escola, pois nos engajamos no projeto *Escola Aberta*, que se propõe, justamente, a realizar as atividades sugeridas pelos alunos no debate feito, no intuito de deixar os adolescentes mais tempo na escola, produzindo diferentes saberes, potencializando seus talentos. A *Escola Aberta* propõe o que é descrito em sala de aula: trabalhar o lado positivo da vida, mostrando que a esperança deve ser maior do que o medo. O ambiente de sala de aula, depois das atividades solicitadas, ficou mais calmo. Os alunos perceberam que são mais fortes

do que a guerra do tráfico e que não precisam se render a esta, pois, como canta Milton Nascimento, “é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre”.

Referências

PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. **A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas**. São Paulo: Pontes, 1993.

TROPA de elite. Direção: José Padilha. Produção: Marcos Prado e José Padilha. Distribuição: Universal Pictures do Brasil. Rio de Janeiro, 2007. (118 minutos).

